

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/AP

GESTÃO ADMINISTRATIVA

FUNASA
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO AMAPÁ



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde



Ministério da Saúde
Fundação Nacional de Saúde
Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

**MINISTERIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAUDE
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DA FUNASA DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCICIO 2010

MARÇO/2011

**MINISTERIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DA FUNASA DO AMAPÁ**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e a Portaria – TCU nº 277/2010 e as orientações do órgão de controle Interno

Macapá, Março/2011

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AIP: Associação Indígena Proponente
- AIS: Agente Indígena de Saúde
- AISAN: Agente Indígena de Saneamento
- APL: Arranjos Produtivos Locais
- CDN: Conselho Deliberativo Nacional
- CLA: Comitê Local de Acompanhamento
- CLI: Comitê Local de Implementação
- CLS: Conselho Local de Saúde
- CMS: Conselho Municipal de Saúde
- CES: Conselho Estadual de Saúde
- CNS: Conselho Nacional de Saúde
- CONDISI: Conselho Distrital de Saúde Indígena
- DESAI: Departamento de Saúde Indígena
- DIESP: Diretoria de Engenharia de Saúde Pública
- DSEI: Distrito Sanitário Especial Indígena
- DST: Doenças Sexualmente Transmissíveis
- EMSI: Equipe Multiprofissional de Saúde Indígena
- FUNAI: Fundação Nacional do Índio
- FUNASA: Fundação Nacional de Saúde
- GAF: Oficina de Gestão Administrativa e Financeira
- GESAC: Governo Eletrônico a Serviço de Apoio ao Cidadão/Ministério da Telecomunicação
- R.H.: Recursos Humanos
- UG: Unidade Gestora do Iniciativas Comunitárias
- IBRASC: Instituto Brasileiro de Santa Catarina
- CASAI: Casa do Índio
- SUEST: Superintendência Estadual da Funasa

QUADROS, GRÁFICOS e MAPAS

<u>TÍTULO</u>	<u>PÁGINA</u>
Quadro 2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias	57
Quadro 2.4 – Programação de Despesas Correntes	57
Quadro 2.5 – Programação de Despesas Capital	58
Quadro 2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas	58
Quadro 2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	59
Quadro 2.8 – Despesas por modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ	61
Quadro 2.9 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Originários da UJ	61
Quadro 2.10 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Originários da UJ	62
Quadro 2.11 – Despesas por modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	63
Quadro 2.12 – Despesas por Correntes e Elementos de Despesas dos Créditos Originários da UF	64
Quadro 2.13 – Despesas de Capital e Elementos de Despesas dos Créditos Originários da UF	65
Quadro 3.1 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	73
Quadro 4.1 – Situação dos Restos a Pagar	73
Quadro 5.1 – Composição do Quadro de Recursos Humanos situação apurada Em 31/12/2010	74
Quadro 5.2 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária – Situação apurada em 31/12/2010	74
Quadro 5.3 – Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível escolaridade – Situação apurada em 31/12/2010	75
Quadro 5.4 – Composição do Quadro de Serviços Inativos – Situação apurada em 31/12/2010	75
Quadro 5.5 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010	75
Quadro 5.6 – Composição do Quadro de Estagiários	75
Quadro 5.7 – Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009, 2010	76
Quadro 5.8 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e higiene e Vigilância ostensiva	77
Quadro 5.9 – Contratos de Prestação de Serviços com locação de Mão de Obra	77
Quadro 5.10 – Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de Prestação de serviços com locação de Mão de Obra	78
Quadro 6.1 – Resumo de Instrumento de Transferência vigente no exercício De 2010	80
Quadro 6.2 – Resumo de Instrumento celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios	80
Quadro 6.3 – Resumo de Instrumento transferência que vigerão em 2011 Exercícios Subseqüentes	81

Quadro 6.4 – Resumo da Prestação de Contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio e Contratos de Repasse.....	81
Quadro 6.5 – Resumo da Prestação de Contas de Convênio e Contratos de Repasse	82
Quadro 9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ	85
Quadro 10.1 – Gestão Ambiental e Licitação Sustentável	86
Quadro 11.1 – Distribuição espacial dos Bens Imóveis do Uso Especial de Propriedade da União	87
Quadro 11.2 - Distribuição espacial dos Bens Imóveis do Uso Especial Locais de Terceiros	88
Quadro 11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob a responsabilidade da UJ	88
Quadro 15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	90
Quadro 15.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	90
Quadro 15.3 – Relatório de cumprimento das recomendações da CGU	91
Quadro 15.4 – Situação das deliberações da CGU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	93
Declaração do Contador	102

Gráfico 1 - Pirâmide populacional do DSEI AMAPÁ e NORTE DO PARÁ-2009. 103

Mapa 1 - Representa a localização dos municípios onde se encontram as terras indígenas, atendidas pelo DSEI/AP e Norte do Pará. 103

1.	INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONDA	
1.1	Identificação da UJ - Relatório de gestão individual	9 e 10
1.2	Qualificação da Superintendência Estadual	10
2.	INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE	
2.1	Responsabilidades institucionais da unidade	10
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais	11
2.3	Execução das subações	12
2.3.1	Quadro Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ	34
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	57
2.4.1	Programação Orçamentária da Despesa	57
2.4.1.1	Programação de Despesas Correntes	57
2.4.1.2	<i>Programação de Despesas de Capital</i>	58
2.4.1.3	<i>Quadro Resumo da Programação de Despesas</i>	58
2.4.1.4	<i>Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa</i>	59
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	61
2.4.2.1	<i>Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ</i>	61
2.4.2.2	<i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i>	63
2.4.3	Indicadores Institucionais	66
3.	INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	
3.1	Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	73
3.2	Análise Crítica	73
4.	INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
4.1	Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	73
4.2	Análise Crítica	73
5.	INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE	
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	74
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	75
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	75
5.4	Quadro de custos de recursos humanos	76
5.5	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	77
5.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	79
6.	INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS	

6.1	Transferências efetuadas no exercício	80
6.1.1	Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010	80
6.1.2	Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.	80
6.1.3	Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes	80
6.1.4	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse	81
6.1.5	Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse	82
6.2	Análise Crítica	82
7.	REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV	83
8.	DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS	84
9.	INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DOS SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ	85
9.1	Estrutura de controles internos da UJ	85
10.	INFORMAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	86
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	86
11.	INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.	87
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	87
12.	INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	89
13.	UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO	89
14.	INFORMAÇÕES SOBRE RENÚNCIA TRIBUTÁRIA	89
15.	PROVIDÊNCIA ADOTADAS PARA ATENDER AS DELIBERAÇÕES DO TCU	
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	90
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.	90
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício	91
15.4	Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício	93
16.	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO DE ATIVOS MOBILIÁRIOS	102
	ANEXOS	103

O Relatório de Gestão/2010 foi elaborado pela equipe da Superintendência Estadual da Funasa o Amapá, com o objetivo de avaliar as ações da SUEST, para envio a Presidência da FUNASA e aos Órgãos de Controle para juntar a prestação de contas.

O referido Relatório foi preparado com base na legislação vigente, composta pela Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União - TCU nº 63/2010, pela Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Portaria do Tribunal de Contas da União – TCU nº 277/2010 e pela Portaria da Controladoria Geral da União – CGU nº 2.546/2010.

. Além dos referidos atos normativos, orientações complementares editadas pela CGU, subsidiaram a elaboração deste relatório.

É importante esclarecer que o presente Relatório é um conjunto de documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial relativos à gestão da SUEST - AP, organizado de forma a possibilitar a visão sistêmica da conformidade e do desempenho desta gestão.

Houve um desmembramento da Saúde Indígena através do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. E através do Decreto nº 7335 foi aprovado o novo Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências.

Realizar ações de saneamento ambiental em todos os municípios brasileiros e de atenção integral à saúde indígena, promovendo a saúde pública e a inclusão social, com excelência de gestão, em consonância com o SUS e com as metas de desenvolvimento do milênio até o exercício de 2010.

As informações dos itens 6.2, 6.3, 14, do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, encontram-se em branco com a frase com a frase “Não se aplica a UJ”, por tratar-se, por tratar-se de Fundação, portanto as Superintendências Regionais não detém autonomia administrativa e Financeira para fazer Transferências a outros órgãos, proceder Renúncia Tributária, Operações de Fundos entre outros, pois estão ligadas a Presidência da Funasa que centraliza todas as conduções nestas ordens

O presente relatório está pautado em **Responsabilidades Institucionais, Estratégias de Atuação Gestão dos Programas e Ações e Desempenho Operacional.**

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 – Identificação de Relatório de Gestão

Identificação de Relatório de Gestão

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: 2207	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Nacional de Saúde			
Denominação abreviada: FUNASA			
Código SIORG: 2207		Código LOA: 255003	Código SIAFI: 36211
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual, Municipal		Código CNAE: 8412-4/00	
Telefones/Fax de contato:	(096) 3214-2028	(096) 3214-2016	(096) 3214-2006
Endereço eletrônico: coreap.gab@funasa.gov.br			
Página da Internet: http://www.funasa.gov.br			
Endereço Postal: Rua Leopoldo Machado, 1614 – Central/Macapá-Ap			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, pelo Decreto n.º 100, de 16 de abril de 91, e em conformidade com o que dispõe o Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003, publicado no Diário Oficial da União, do dia 10 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003 que aprova o regimento interno da Funasa.</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<i>Decreto n.º 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde. Decreto n.º 7335 de 19 de Outubro de 2010 que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, e dá outras providências.</i>			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
...			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
255003	Superintendência Estadual da Funasa do Amapá		

1.2- Qualificação da Superintendência Estadual

Nome do Superintendente Estadual	José Roberto Galvão
População do Estado	668.689
Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST	16
População Indígena do Estado	9843

Nome do Dsei	DSEI Amapá e Norte do Pará
População Indígena abrangida pelo Dsei	9843
Número de Pólos-Base	06
Número de Casais	02
Número de Aldeias	127
Etnias Indígenas	10

2. Informações sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da unidade.

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

Conforme Art. 1º A Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, fundação pública vinculada ao Ministério da Saúde, instituída com base no disposto no art. 14 da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, tem sede e foro em Brasília-DF e prazo de duração indeterminado e Art. 2º À FUNASA, entidade de promoção e proteção à saúde, compete:

I - prevenir e controlar doenças e outros agravos à saúde; II - assegurar a saúde dos povos indígenas; e III - fomentar soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças.

A partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que cria a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transfere a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Cabe a Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurar todo o apoio administrativo necessário, para que não ocorra prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

O DSEI/AP e Norte do Pará é um dos 34 DSEI que compõem a organização do Subsistema de Saúde Indígena em articulação com o Sistema Único de Saúde –SUS.É uma base territorial e populacional sob responsabilidade sanitária claramente identificado, executando um conjunto de ações necessárias a atenção básica, articulado com o SUS para referência e contra referência, composto para executar as ações de saúde, por uma mínima equipe multidisciplinar de saúde indígena-EMSI, que é contratada através de convênio com a OSCIP IBRASC- Instituto Brasileiro de Santa Catarina controle social por intermédio dos Conselhos Locais e Distrital de Saúde.

No ano de 2010 registrou-se avanços e redução de indicadores importantes e relevantes para a medição da qualidade da atenção prestada aos povos indígenas; podemos citar a mortalidade Infantil que reduziu de 07 óbitos em 2009 para 04 óbitos em 2010. Quatro etapas de multivacinação foram realizadas nas três áreas de abrangência (Oiapoque, Pedra B. do Amapari e Parque do Tumucumaque) do DSEI/AP e Norte do Pará, fato que não foi possível em 2009.

Testes rápidos para HIV e sífilis foram adquiridos e a EMSI, embora no final do ano, foi treinada aplicando-os em 69 gestantes do Distrito, obtendo em todas o resultado negativo. A busca Ativa para detecção dos casos novos de Tuberculose e outras doenças foram intensificadas; É certo, que em relação a Saúde da Mulher os indicadores não foram satisfatórios, influenciados pela contratação de metade dos profissionais enfermeiros do sexo masculino que dificultou a realização das ações em algumas etnias.

2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Fundação Nacional de Saúde (**Funasa**), órgão executivo do Ministério da Saúde, é uma das instituições do Governo Federal responsável em promover a inclusão social por meio de ações de saneamento. Através da CORE é responsável pela promoção e proteção à saúde dos povos indígenas.

As ações de inclusão social mediante cuidados com a saúde são executadas com a prevenção e controle de agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas. As ações de atenção integral à saúde dos povos indígenas levadas a efeito têm por estratégia o fortalecimento da capacidade institucional nesse campo, tendo por objetivo consolidar o controle social através do Subsistema e o alcance de indicadores de saúde no mínimo compatíveis com os da população não indígena.

Nesta linha a gestão para amparar os serviços de apoio na condução dos aparatos que facilitam a execução das ações e necessário a agilidades dos processos. Neste sentido a área meio foi fortalecida com capacitações, realinhamento na estrutura organizacional, proporcionando avanços significativos e agilidade na tramitação de documentos processos e licitações, minimizando portanto os erros anteriores e permitindo a execução de ações propostas pela Presidência da FUNASA

As ações de inclusão social da SUESTAP no ano de 2010 atuaram na prevenção e controle e agravos ocasionados pela falta ou inadequação das condições de Saneamento Básico em áreas de interesse especial. Pois apesar das dificuldades encontradas na condução do processo organizacional da COREAP, podemos contribuir nas discussões para novos rumos na Gestão Operacional com avanço nas propostas inovadoras para melhorias na tramitação e resolução de amarras administrativas que tanto atrapalham na condução dos processos.

Outra área agregada ao organograma da instituição foi a Saúde Ambiental que chega com propostas novas de ações a desenvolver e agregar um desenvolvimento maior na área de saúde, tendo em vista que é uma área nova e com uma ampla extensão abrangendo o bem estar social.

2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0150	Denominação: Proteção e Promoção dos Povos Indígena
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Gera: Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista	
Objetivos Específicos: Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral	
Gerente Márcio Augusto Freitas de Meira – Ministério da Justiça	Responsável: Wanderley Guenka – Funasa
Público Alvo: Povos Indígenas	

Identificação da Ação
Denominação: Ação: 2272 – Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: Ação: 6140 – Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade : Combater a desnutrição na população indígena
Descrição: Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno-culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: : Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 60% das crianças menores de 5 anos, no DSEI.	Percentual de crianças menores de 5 anos acompanhadas	%	60	194	134

Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 70% das gestantes, no DSEI.	Percentual de gestantes acompanhadas.	%	70	16	23
---	---------------------------------------	---	----	----	----

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Conforme tabela acima, em relação as crianças menor de 5 anos a meta foi ultrapassada em 134%.

O DSEI/AP e norte do Pará registrou 320 gestantes e acompanhou 16% delas, atendendo 23% da meta. Metade dos enfermeiros contratados pelo IBRASC eram do sexo masculino dificultando as ações relativas as mulheres em algumas etnias.

Identificação da Ação
Denominação: Ação: 8743 – Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas
Descrição: Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos 13ólos base e das casas de saúde do índio- CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de lindeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Capacitação de Profissionais e Controle Social na Área da Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena;	Participação em eventos	Unid	80	76	95
. Realizar, 3 reuniões de Conselho local de Saúde Indígena;	Reunião realizada	Unid	03	07	233
Realizar, 3 reuniões de Conselho Distrital de Saúde Indígena;	Reunião realizada	Unid	03	02	66,6

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Houve 01 treinamento introdutório para profissionais que atuam em área indígena com a participação de 76 alunos. O pactuado era a participação de 80 alunos então foi cumprida 95% do programado.

Identificação da subação					
Denominação: Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 41 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas.	Aldeia beneficiada	Unid	41	87	212,20%
Apoiar as Casais na implantação do programa de Humanização no atendimento a Saúde indígena por meio de ações de Educação em saúde e mobilização social.	Relações humanizadas	Unid	2	1	50%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica:

A Educação Ambiental alcançou um percentual acima do esperado em decorrência da Equipe de Educação ter sido solicitada pelo DSEI a realizar algumas atividades em aldeias que não estavam contempladas no Plano de 2010, como: participar das campanhas de vacinação e realizar Palestras em aldeias que tiveram surtos de diarreia, malária e etc.

Com relação a meta - Humanização das casais, só atingimos o percentual de 50% devido as casais terem sido estruturadas com as Equipes multidisciplinares somente em novembro de 2010, e a pedido da Chefe do DSEI que a Equipe de Educação realizasse o Curso de humanização com mais urgência na casai de Oiapoque, não dando tempo para que contemplássemos a Casai Macapá.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Investigar 100% dos óbitos infantis;	óbitos investigados	%	100	0%	0%
Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes;	gestantes com 4 consultas ou mais	%	60	22%	36,6%
40% das mulheres na faixa etária de 25-59 anos, com exames de PCCU realizados;	mulheres examinadas	%	60	4,46%	7,4%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Esta meta não foi cumprida pois a comissão estadual de investigação de óbitos ainda está se estruturando e a comissão distrital não foi efetivada. Pactuamos que 60% das gestantes iriam realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal, porém, somente 22% delas realizaram pelo menos 4 consultas, cumprindo 36,6% da meta. Foi programado realizar PCCU em 60% das mulheres na faixa de 12 a 49 anos, mas esta meta foi de baixa execução, com 4,46% exames realizados atingindo 7,4% do que foi pactuado. A contratação de 50% de enfermeiros do sexo masculino trouxeram dificuldades na realização das ações em algumas etnias.

Identificação da subação					
Denominação: Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC;	Movimentações registradas	Unid	100	100	100%
Capacitar, no mínimo, 1 profissional de cada pólo base;	Profissional capacitado	Unid	1	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: O SISCOESC foi implantado em todas as unidades com acesso a internet, isto é, Gerência do DSEI/AP e CASAI Macapá. No DSEI há 2 servidores treinados e na CASAI/MCP 01 servidor. Nestas unidades todas as movimentações referentes a medicamentos e insumos farmacológicos são gerenciados pelo sistema.

Identificação da subação					
Denominação: Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Designar um responsável técnico para atuar na Vigilância Ambiental;	Responsável técnico designado	Unid	1	1	100%
Realizar diag, epidemiológico das doenças/agrivos transmitidos por vetores e antropozoonoses Leishmaniose, Raiva e Acidentes por Animais Peçonhentos);	Diagnóstico realizado	Unid	1	1	100%
3-Elaborar plano de ação com base no diagnóstico realizado.	Plano elaborado	Unid	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: As metas foram cumpridas e o plano de ação relacionado a malária na área indígena de maior incidência que é o Oiapoque, está em anexo.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Atingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos;	Média de procedimentos alcançada	Unid	1,5	0,75	50%

Ampliar em pelo menos 10% o número de consultas programáticas;	Nº de consultas realizadas	Unid	10	100%	100%
Ampliar em pelo menos 10% a conclusão de tratamento odontológico básico;	Nº de tratamentos concluídos	Unid	10	100%	100%
Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média de escovação bucal supervisionada.	Média de cobertura	Unid	10	100%	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Em 2009, o DSEI/AP através da ONG APITXIKATI não tinha contratado odontólogos, por isso todas as ações de consultas ,tratamentos e supervisão de escovação, NO ANO DE 2010, obtiveram um realizado de 100%. O DSEI/AP possui 06 pólos base e em 2010 conseguiu contratar somente 03 odontólogos sendo uma das causas de atingir 50% do programado para a média dos procedimentos odontológicos básicos realizados na população de indígenas

Identificação da subação					
Denominação: Implantação das ações de vigilância das Doenças e Agravos Não-Transmissíveis-DANT:					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Implantar a vigilância das DANT em pelo menos 50% das aldeias;	% de aldeias com vigilância implantada	%	63	100	137%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: No ano de 2010 foi realizado uma busca ativa dos casos de hipertensão e diabetes em todos os pólos do DSEI/AP e Norte do Pará, foram registrados e estão em tratamento 181 casos de hipertensos e diabéticos.A meta foi cumprida.

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Testar 80% de gestantes para HIV/Sífilis e Hepatites Virais;	% de gestantes testadas para HIV/Sífilis	Unid	80%	22	28
Testar 80% de gestantes para Sífilis	% de gestantes testadas para Sífilis	Unid	80%	0	0

Realizar sorologia para hepatites Virais em 80% de gestantes	% de gestantes com sorologia para hepatites virais realizada	Unid	80%	0	0
Testar pelo menos 30% dos parceiros das gestantes para HIV/Sífilis e HV;	% de parceiros testados	Unid	30%	0	0
Testar 100% dos indivíduos que apresentarem sintomatologia para Aids, Tuberculose, Toxoplasmose, Hepatite e Leishmaniose;	% de indivíduos testados	Unid	100%	0	0
Informar 100% dos casos de HIV, Aids e Hepatites Virais diagnosticados, no SIASI;	% de casos informados	Unid	100%	100	100
Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da abordagem síndrômica;	% de casos tratados	Unid	100%	100	100
Ampliar em 20% a disponibilização de preservativos;	% de ampliação alcançada	Unid	20%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Nota: (...) significa que não foi possível obter os dados

O treinamento da EMSI para o teste de HIV foi realizado em novembro de 2010.

O recebimento dos KITS para testagem de HIV, sífilis, Hepatite, Tuberculose e Hanseníase se deu parcialmente em dezembro de 2010. O IBRASC, responsável pela compra, informou que de acordo com o fornecedor, alguns produtos são importados sendo necessário aguardar a chegada ao País. Não foi cumprida a meta relacionada às testagens.

Foi cumprida a meta dos tratamentos diagnosticados pela abordagem síndrômica, através da EMSI.

Identificação da subação					
Denominação: Controle de Malária em área indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1. Reduzir em pelo menos 15% o número de casos de malária no âmbito do Dsei;	Número de casos de Malária	Unid	1.349	1.714	-27
2. Realizar busca ativa em 100% das aldeias que apresentarem casos suspeitos;	% de aldeias com busca ativa realizada	%	100%	128	100
3. Tratar 100% dos casos confirmados;	% de casos tratados	%	100%	100	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Não foi cumprida a meta de reduzir a malária no DSEI/AP e Norte do Pará. Houve na verdade um incremento de 27% dos casos registrados, onde 90% dos casos positivos aconteceram no município do Oiapoque. O DSEI possuía uma equipe de agentes de saúde que não tinham sido redistribuídos conforme Portaria 1399 do MS. Porém, com o Decreto todos os servidores desta ação foram redistribuídos para SVS, dificultando a reorganização dos serviços de combate e controle da malária..

Identificação da subação					
Denominação: Implementação das ações de Controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
1-Realizar busca ativa em 100% das aldeias com registro de casos novos;	% de Aldeias com busca ativa realizada	%	100%	100	100
2-Realizar DOTS** em 80% dos casos diagnosticados;	% de casos com DOTS realizado	Unid	80%	100	100
3-Alcançar 100% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados;	Percentual de cura alcançado	Unid	100%	36	36
4 Realizar busca ativa da Hanseníase em 100% das aldeias próximas a municípios endêmicos, ou que já apresentaram registro de caso.	% de Aldeias com busca ativa realizada	Unid	100%	100	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: A busca ativa foi intensificada nas aldeias, nenhum caso de hanseníase foi identificado pela EMSI, quanto a tuberculose houve incremento na notificação de casos novos de 06 casos em 2009 para 07 casos em 2010.

Identificação da subação				
Denominação: Implementação das ações de imunização nas aldeias				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Pessoas com esquema vacinal completo	%	95%
Alcançada a cobertura vacinal para as vacinas, Tetravalente e Pentavalente em menores de 1 ano	%	80%	77,45	97
Alcançada a cobertura vacinal para a vacina oral contra a Poliomielite, em menores de 1 ano	%	95%	79,4	84
Alcançada a cobertura vacinal para a vacina Hepatite B, na faixa etária de 1-4 anos	%	85%	99	116

Alcançada a cobertura vacinal para a vacina Tríplice viral, na faixa etária de 1-4 anos.	%	85%	89	102
Alcançada a cobertura vacinal para a vacina Dupla adulto, para as mulheres em idade fértil (10-49 anos)	%	85%	99	116
Alcançada a cobertura vacinal para a vacina Tríplice Viral para as mulheres em idade fértil(10-49 anos)	%	85%	95	112
Ampliado o número de entradas das equipes de vacinação nas aldeias de difícil acesso	Unid	04	100%	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Esta meta foi cumprida para Hepatite B, Tríplice viral, Dupla adulto para mulheres em idade fértil e Tríplice viral para mulheres em idade fértil

Identificação da subação					
Denominação: Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Enviar no mínimo, 1 lote mensal para alimentação do SIASI;	Dsei com lotes enviados	Unid	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: O Sistema de Informação de atenção a saúde indígena-SIASI, possui 03 grandes módulos para alimentar informações: Demográfico, Morbidade e Imunização. Os lotes destes módulos foram enviados mensalmente.

Identificação da Ação
Denominação: 3869 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar o Subsistema de Atendimento à Saúde Indígena de estrutura física e de equipamentos necessários ao seu funcionamento e modernização.
Descrição: Construção, reforma, ampliação e equipagem de unidades de saúde (postos de saúde, pólos-base e casas de saúde do índio); aquisição de mobiliários em geral e equipamentos como veículos, embarcações, aparelhos de comunicação e demais bens necessários ao funcionamento das unidades.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Wanderley Guenka
Unidade Executora: Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação				
Denominação:				
Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
		Programado	Realizado	Realizado/Programado %

Unidade Estruturada	Unid	17	0	0
Unidade Equipada	Unid	1	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Os projetos foram elaborados porém não houveram recursos orçamentários para realizar esta ação. Foram programadas para serem executadas em 2011

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0122	Denominação: Serviços Urbanos de Água e Esgoto
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
Gerente: Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes no Estado do Amapá					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto Analisado	Unid	-	-	-*
Analisar 04 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de Exercícios anteriores	Projeto Analisado	Unid	04	04	100
Realizar visitas preliminares de convênios de 2010	Visita preliminar realizada	Unid	-	-	-*
Realizar visitas de acompanhamento de convênios de 2010	Visita técnica de acompanhamento o exercício 2010 Realizada	Unid	-	-	-*
Realizar 40 visitas de acompanhamento de convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento o de exercícios anteriores realizada	Unid	40	40	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: * Não existem projetos para essa ação no ano de 2010. A visita técnica só é realizada quando a análise técnica está concluída por isso não foi realizada, pois a análise encontra-se com pendências. Não existe obra em andamento em 2010.

Identificação da Ação
Denominação: 2272 - Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
Descrição: As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas físicas e jurídicas visando o cumprimento das ações propostas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	Unid	14	4	28
Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa.	Município apoiado	Unid	12	6	50
Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC).	Município apoiado	Unid	08	06	75
Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unid	16	16	100
Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social.	Projeto apoiado	Unid	01	-	0
Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Município beneficiado	Unid	(*23) 08	08	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: * No sexto item houve um equívoco do Programado, onde lê-se 23, a quantidade è 08 Município Beneficiado

Identificação da Ação
Denominação: 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.
Descrição: Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação de MSD					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar projetos para implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares Pleito de 2010	Projetos Analisados	Unid	-	-	0
Analisar 01 projetos para implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores.	Projetos Analisados	Unid	01	01	100
Realizar 01 visitas preliminares de convênios de 2010.(*)	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	01	-	0
Realizar 10 visitas de acompanhamento de convênios de 2010. (*)	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	10	-	0
Realizar 40 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	40	40	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: (*) Não existe pleito para essa ação em 2010, portanto não existem também nenhuma obra em execução para 2010, existindo pendências na análise Técnica.

Identificação da Ação
Denominação: 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
Descrição: Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Apoiar tecnicamente 04 municípios com elaboração Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios apoiados	Unid	04	04	100
Analisar 10 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB (*)	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Unid	10	-	0
Participação em 16 reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo.	Participação em reuniões	Unid	16	08	50
Analisar 08 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB	Diagnósticos analisados	Unid	08	0	0
Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer elaborado	Unid	12	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: (*) Não foram enviados os Planos pelas Prefeituras Municipais para análise. Estamos aguardando a apresentação dos Diagnósticos técnico-participativos dos PMSO, por parte de prefeituras, os mesmo encontram-se em tela para serem analisados.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1138	Denominação: Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima Fluvial
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Evitar enchentes e erosões nas áreas urbanas	
Objetivos Específicos: Desenvolver obras de drenagem urbana em consonância com as políticas de desenvolvimento urbano e de uso e ocupação do solo.	
Gerente: Francisco Campos de Abreu – Ministério da	Responsável: José Raimundo dos Santos - Funasa

Integração Nacional	
Público Alvo: Populações urbanas e litorâneas residentes em municípios com áreas sujeitas à inundação periódica ou erosão marinha.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 3383 - Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para a Prevenção e Controle da Malária.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Implantar e melhorar os serviços de drenagem e manejo ambiental visando à prevenção e controle da malária, em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica da malária com transmissão urbana autóctone.
Descrição: Trata-se do desenvolvimento de ações de drenagem em aglomerados urbanos, em municípios localizados em área endêmica de malária com transmissão urbana autóctone. A ação contempla intervenções que visam contribuir para a minimização da proliferação de vetores da malária, ou seja, contempla intervenções por meio de obras de engenharia e/ou manejo ambiental que inviabiliza as condições ambientais e biológicas favoráveis a proliferação do vetor. São financiáveis ações de esgotamento de água pluvial, canalização, retificação, limpeza e demais obras de melhoria do fluxo d'água, com uso de tecnologias adequadas. Somente são financiadas intervenções em locais de criadouros do vetor transmissor da malária, comprovados por meio de parecer entomológico e epidemiológico da área.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amapá					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar projetos para implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para prevenção e controle da malária Pleito de 2010 (*)	Projetos Analisados	Unid	-	-	-
Analisar 06 projetos para implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para prevenção e controle da malária de exercícios anteriores	Projetos Analisados	Unid	06	06	100
Realizar 06 visitas preliminares de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	06	06	100
Realizar 10 visitas de acompanhamento de convênios de 2010. (*)	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	10	0	0

Realizar 40 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	40	40	100
--	---	------	----	----	-----

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: (*) Não foi enviada nenhuma obra referente a 2010. Estão em fase de análise Técnica

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1287	
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
Objetivos Específicos: Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
Gerente: Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	
Público Alvo: População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 2272 – Gestão e Administração do Programa
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública - DENSP

Fonte: SIGPLAN

Identificação da Ação
Denominação: 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição: A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assuma caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
Unidade Executora: Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (ASCON)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Divulgar 50 matérias referentes a ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Unid	50	19,83	39,67
Disponibilizar 02 Impressos para divulgar a imagem institucional e ações da Core-Ap	Impresso disponibilizado	Unid	2	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Informamos que os recursos enviados a SUEST, foram insuficientes para cumprir as metas planejadas no Plano Operacional.

Identificação da Ação
Denominação: 7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em Localidades com População Inferior a 2.500 Habitantes para Prevenção e Controle de Agravos.
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Propiciar resolubilidade, em áreas de interesse especial (assentamentos, remanescentes de quilombos e áreas extrativistas) para problemas de saneamento, prioritariamente o abastecimento público de água, o esgotamento sanitário e as melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, bem como a implantação de oficina municipal de saneamento, visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
Descrição: Fomento e financiamento a implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água e de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora de esgoto, rede de distribuição de água e estação de tratamento, ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos, bem como a implantação de melhorias sanitárias domiciliares e/ou coletivas de pequeno porte, assim como a implantação de oficina municipal de saneamento, compreendendo desde a elaboração do projeto até a sua operação plena.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional da Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombos, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado / Programa do %
Analisar 01 projetos de saneamento ambiental em (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes) (relativos aos pleitos de 2010) (*)	Projeto analisado	Unid	01	0	0

Analisar 05 projetos de saneamento ambiental em (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes) exercícios anteriores. (*)	Projeto analisado	Unid	05	05	100
Realizar 01 visitas preliminares de convênios de 2010. (*)	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	01	0	0
Realizar 10 visitas de acompanhamento de convênios de 2010. (*)	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	10	0	0
Realizar 50 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	50	0	0

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: (*) Não existia nenhuma ação para ser analisada em 2010, portando não existindo também nenhuma obra iniciada do ano de 2010

Identificação da Ação
Denominação: 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
Descrição: Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: José Raimundo Machados dos Santos
Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)
Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 11 aldeias com sistemas de abastecimento de água. (*)	Aldeia beneficiada	Unid.	11	07	60

Beneficiar 01 aldeias com melhorias sanitárias domiciliares.	Aldeia beneficiada	Unid.	01	01	100
Beneficiar ___ aldeias com sistemas de esgotamento sanitário.	Aldeia beneficiada	Unid.	-	-	-
Elaborar 11 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unid.	11	11	100
Realizar a contratação de elaboração de 01 projetos de saneamento básico em aldeias.(*)	Projeto elaborado	Unid.	01	01	100
Realizar 80 visitas de acompanhamento de obras do exercício 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	80	80	100
Realizar 120 visitas de acompanhamento de obras de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	120	120	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: (*) Os 11 projetos foram realizados, porém só foram licitados 07 projetos, ficando 04 para 2011,

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 8007	Denominação: Resíduos Sólidos Urbanos
Tipo do Programa: Finalístico	
Objetivo Geral: Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
Objetivos Específicos: Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
Gerente: Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	Responsável: José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
Público Alvo: População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
Tipo de Ação: Projeto
Finalidade: Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.

Descrição: A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde

Coordenador da Ação: José Raimundo Machado dos Santos

Unidade Executora: Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar 01 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (relativos aos pleitos de 2010) (*)	Projeto analisado	Unid	01	0	0
Analisar 03 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unid	03	03	100
Realizar 01 visitas preliminares de convênios de 2010. (*)	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	01	0	0
Realizar 05 visitas de acompanhamento de convênios de 2010. (*)	Visita técnica de acompanhamento o exercício 2010 Realizada	Unid	05	0	0
Realizar 30 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	30	30	100

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: (*) Não foi enviado pela prefeitura nenhum projeto para ser analisado em 2010, portando não existindo também nenhuma visita programada para o ano de 2010.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0750	Denominação: Apoio Administrativo
Tipo do Programa: Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Não definido	
Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus	

programas finalísticos	
Gerente: Não se aplica	Responsável: Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: Ação: 20CW – Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos
Tipo de Ação: Não Informado
Finalidade : Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Proporcionar dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública Federal Direta, autárquica e fundacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

* **Justificativa:** Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

Identificação da Ação
Denominação: 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusivamente para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes na Funasa					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 268 servidores ativos, inativos, empregados públicos, pensionistas e seus dependentes naturais com Assistência a Saúde Suplementar por meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio.	Servidores beneficiados	Unid	268	*	*

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica:

* **Justificativa:** Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação

Identificação da Ação
Denominação: 2000 - Administração da Unidade
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição: A atividade padronizada Administração da Unidade substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e Melhoria do Ambiente de trabalho - Laudo de Avaliação Ambiental					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Desenvolver três ações do PCMSO na Coordenação Regional, sendo uma delas ginástica laboral.	Desenvolver Projeto	Unid	3	*	*
Executar das medidas corretivas dos itens apontados no Laudo de Avaliação Ambiental sob responsabilidade da Core.	Medidas executadas	Unid	50	*	*
Constituir Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no Laudo.	GT constituído	Unid	4	*	*

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica:

* **Justificativa:** Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0016	Denominação: Gestão da Política de Saúde
Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
Objetivo Geral: Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
Gerente: Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	Responsável: Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
Público Alvo: Governo	

Fonte: Sigplan

Identificação da Ação
Denominação: 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Tipo de Ação: Atividade
Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição: Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Fundação Nacional de Saúde
Coordenador da Ação: Carlos Luiz Barroso Junior
Unidade Executora: Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

Identificação da subação					
Denominação: Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Capacitar servidores públicos federais em exercício na Funasa.	Servidor capacitado	Unid	150	69	46
Promover a participação de servidores Públicos federais em exercício na Funasa em eventos de capacitação.	Nº de participação	Unid	200	136	68

Fonte: Plano Operacional da Suest AP/2010

Análise Crítica: Produto: servidor capacitado e nº de participação:

Pontuamos alguns pontos relevantes.

- Colocamos como meta o número total de servidores da Suest/AP, mas ainda é baixa a participação de servidores em eventos realizados em Macapá.
- O Curso do Moop direcionado aos motoristas (mais de 25 servidores), não pode ser realizado em função da falta na documentação do Sest/Senat.
- A falta de ofertas de cursos específicos de algumas áreas por Escolas de Governos foi um ponto importante na execução em 2010.
- A falta de oferta de cursos por empresas de capacitação no Estado do Amapá, foi uma agravante para a execução das metas.

2.3.1 Resumo da Execução Física das subações realizadas pela SUEST Amapá

Neste demonstrativo o gestor deverá relacionar as subações das ações orçamentárias constantes da LOA do exercício de referência do relatório que tenham sido objeto de sua gestão. O demonstrativo é composto de dez (12) itens de informação conforme se descreve a seguir.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
SANEAMENTO INDÍGENA													
10	302	0150	3869	P	3	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	Ampliar, reformar e construir 17 Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena.	Unidade Estruturada	Unid	17	0	**	**
10	302	0150	3869	P	3	Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena	Dotar e fortalecer o Distritos Sanitário Especiais Indígenas com equipamentos médico/hospitalar e material permanente.	Unidade Equipada	Unid	1	0	**	**
10	423	0150	6140	A	3	Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 60% das crianças menores de 5 anos, no DSEI.	Percentual de crianças menores de 5 anos acompanhadas	%	60	194	**	**
10	423	0150	6140	A	3	Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em 70% das gestantes, no DSEI.	Percentual de gestantes acompanhadas	%	70	16	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Capacitação de Profissionais	Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena;	Participação em eventos	Unid	80	76	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Capacitação de Profissionais	Realizar, 3 reuniões de Conselho local de Saúde Indígena;	Reunião realizada	Unid	03	07	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Capacitação de Profissionais	Realizar, 3 reuniões de Conselho Distrital de Saúde Indígena;	Reunião realizada	Unid	03	02	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	Beneficiar 41 aldeias com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na Atenção Integral à Saúde dos Povos Indígenas.	Aldeia beneficiada	Unid	41	87	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Promoção da Educação em Saúde dos Povos Indígenas	Apoiar as Casais na implantação do programa de Humanização no atendimento a Saúde indígena por meio de ações de Educação em saúde e mobilização social.	Relações humanizadas	Unid	2	1	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena	Investigar 100% dos óbitos infantis;	óbitos investigados	%	100	0%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena	Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes;	gestantes com 4 consultas ou mais	%	60	22%	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena	40% das mulheres na faixa etária de 25-59 anos, com exames de PCCU realizados;	mulheres examinadas	%	60	4,46%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena	Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC;	Movimentações registradas	Unid	100	100	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena	Capacitar, no mínimo, 1 profissional de cada pólo base;	Profissional capacitado	Unid	1	0%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena	Designar um responsável técnico para atuar na Vigilância Ambiental;	Responsável técnico designado	Unid	1	1	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena	Realizar diag, epidemiológico das doenças/agravos transmitidos por vetores e antropozoonoses (Leishmaniose, Raiva e Acidentes por Animais Peçonhentos);	Diagnóstico realizado	Unid	1	1	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Implantação da Vigilância Ambiental / fatores biológicos em área indígena	Elaborar plano de ação com base no diagnóstico realizado.	Plano elaborado	Unid	1	1	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena	Attingir a média de 1,5 procedimentos odontológicos assistenciais básicos;	Média de procedimentos alcançada	Unid	1,5	0,75	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena	Ampliar em pelo menos 10% o número de consultas programáticas;	Nº de consultas realizadas	Unid	10	100%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena	Ampliar em pelo menos 10% a conclusão de tratamento odontológico básico;	Nº de tratamentos concluídos	Unid	10	100%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena	Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média de escovação bucal supervisionada.	Média de cobertura	Unid	10	100%	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Implantação das ações de vigilância das Doenças e Agravos Não-Transmissíveis-DANT	Implantar a vigilância das DANT em pelo menos 50% das aldeias;	% de aldeias com vigilância implantada	%	63	100%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Testar 80% de gestantes para HIV/Sífilis e Hepatites Virais;	% de gestantes testadas para HIV/Sífilis	Unid	80	22	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Testar 80% de gestantes para Sífilis	% de gestantes testadas para Sífilis	Unid	80	0	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Realizar sorologia para hepatites Virais em 80% de gestantes	% de gestantes com sorologia para hepatites virais realizada	Unid	80	0	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Testar pelo menos 30% dos parceiros das gestantes para HIV/Sífilis e HV;	% de parceiros testados	Unid	30	0	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Testar 100% dos indivíduos que apresentarem sintomatologia para Aids, Tuberculose, Toxoplasmose, Hepatite e Leishmaniose;	% de indivíduos testados	Unid	100	0	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Informar 100% dos casos de HIV, Aids e Hepatites Virais diagnosticados, no SIASI;	% de casos informados	Unid	100	100	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da abordagem sindrômica;	% de casos tratados	Unid	100	100	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS	Ampliar em 20% a disponibilização de preservativos;	% de ampliação alcançada	Unid	20	...	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Controle de Malária em área indígena	Reduzir em pelo menos 15% o número de casos de malária no âmbito do Dsei;	Número de casos de Malária	Unid	1.349	1.714	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Controle de Malária em área indígena	Realizar busca ativa em 100% das aldeias que apresentarem casos suspeitos;	% de aldeias com busca ativa realizada	%	100	128	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Controle de Malária em área indígena	Tratar 100% dos casos confirmados;	% de casos tratados	%	100	100	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo, 95% de pessoas com esquema vacinal completo;	% de cobertura vacinal alcançada	%	95%	-	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo, 80% de cobertura vacinal para as vacinas Tetravalente ou Pentavalente, em menores de 1 ano;	% de cobertura alcançada	%	80%	77,45%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo, 95% de cobertura vacinal para a vacina oral contra a Poliomielite (VOP), em menores de 1 ano;	% de cobertura vacinal alcançada	%	95%	79,4%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo 85% de cobertura vacinal para a vacina Hepatite B, na faixa etária de 1-4 anos;	% de cobertura vacinal alcançada	%	85%	99%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo 85% de cobertura vacinal para a vacina Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos;	% de cobertura vacinal alcançada	%	85%	89%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo 85% de cobertura vacinal para a vacina Dupla Adulto, para as mulheres em idade fértil (10-49 anos);	% de cobertura vacinal alcançada	%	85%	99%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo 85% de cobertura vacinal para a vacina Tríplice Viral, para as mulheres em idade fértil (10-49 anos);	% de cobertura vacinal alcançada	%	85%	100%	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de imunização nas aldeias	. Ampliar para no mínimo 4 o número de entradas de equipes de vacinação nas aldeias de difícil acesso;	Nº de entradas	Unid	04	100%	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas	Realizar busca ativa em 100% das aldeias com registro de casos novos;	% de Aldeias com busca ativa realizada	%	100	100	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas	Realizar DOTS** em 80% dos casos diagnosticados;	% de casos com DOTS realizado	Unid	80	100	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas	Alcançar 100% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados;	Percentual de cura alcançado	Unid	100	36	**	**
10	423	0150	8743	A	3	Implementação das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas	Realizar busca ativa da Hanseníase em 100% das aldeias próximas a municípios endêmicos, ou que já apresentaram registro de caso.	% de Aldeias com busca ativa realizada	Unid	100	100	**	**

10	423	0150	8743	A	3	Fortalecimento do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena - SIASI	Enviar no mínimo, 1 lote mensal para alimentação do SIASI;	Dsei com lotes enviados	Unid	1	1	**	**
SANEAMENTO AMBIENTAL													
10	512	0122	10GD	P	1	Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Analisar 01 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativo ao pleito de 2010	Projeto analisado	Unid	01	01	**	**
10	512	0122	10GD	P	1	Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Analisar 05 projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativos a exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid	05	05	**	**
10	512	0122	10GD	P	1	Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Realizar 01 visitas preliminares para viabilização de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas aos pleitos de 2010.	Visita preliminar realizada	Unid	01	01	**	**
10	512	0122	10GD	P	1	Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Realizar 04 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água de 2010	Visita técnica de acompanhamento realizada	Unid	04	0	**	**

10	512	0122	10GD	P	1	Implantação e Melhoria dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água	Realizar 90 visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água, relativas a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	90	90	**	**
10	512	0122	10GE	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes no Estado do Amapá	Analisar projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto Analidado	Unid	-	-	**	**
10	512	0122	10GE	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes no Estado do Amapá	Analisar 04 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de Exercícios anteriores	Projeto Analidado	Unid	04	04	**	**

10	512	0122	10GE	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes no Estado do Amapá	Realizar visitas preliminares de convênios de 2010	Visita preliminar realizada	Unid	-	-	**	**
10	512	0122	10GE	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes no Estado do Amapá	Realizar visitas de acompanhamento de convênios de 2010	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	-	-	**	**
10	512	0122	10GE	P	1	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes no Estado do Amapá	Realizar 40 visitas de acompanhamento de convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	40	40	**	**

10	512	0122	20AG	A	3	Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Apoiar tecnicamente 04 municípios com elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico.	Municípios apoiados	Unid	04	04	**	**
10	512	0122	20AG	A	3	Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Analisar 10 planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB	Plano de trabalho e orçamento detalhado analisados	Unid	10	0	**	**
10	512	0122	20AG	A	3	Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Participação em 16 reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo.	Participação em reuniões	Unid	16	08	**	**
10	512	0122	20AG	A	3	Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Analisar 08 diagnósticos técnico-participativos dos PMSB	Diagnósticos analisados	Unid	08	0	**	**
10	512	0122	20AG	A	3	Fomento à Elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico	Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer elaborado	Unid	12	0	**	**

10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	Unid	14	04	**	**
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde nos municípios atendidos com recursos da Funasa.	Município apoiado	Unid	12	06	**	**
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC).	Município apoiado	Unid	08	06	**	**
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unid	16	16	**	**
10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social.	Projeto apoiado	Unid	01	-	**	**

10	541	0122	6908	A	3	Fomento à Educação em Saúde Voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar os municípios a beneficiarem as comunidades de áreas especiais (quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e assentados) com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social.	Município beneficiado	Unid	23	08	**	**
10	512	0122	7652	P	1	Implantação de MSD	Analisar projetos para implantação de Melhorias Sanitária Domiciliares Pleito de 2010	Projetos Analisados	Unid	-	-	**	**
10	512	0122	7652	P	1	Implantação de MSD	Analisar 01 projetos para implantação de Melhorias Sanitária Domiciliares de exercícios anteriores.	Projetos Analisados	Unid	01	01	**	**
10	512	0122	7652	P	1	Implantação de MSD	Realizar 01 visitas preliminares de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	01	-	**	**
10	512	0122	7652	P	1	Implantação de MSD	Realizar 10 visitas de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	10	-	**	**
10	512	0122	7652	P	1	Implantação de MSD	Realizar 40 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	40	40	**	**

10	512	1138	3883	P	1	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amapá	Analisar projetos para implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para prevenção e controle da malária Pleito de 2010	Projetos Analisados	Unid	-	-	**	**
10	512	1138	3883	P	1	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amapá	Analisar 06 projetos para implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental para prevenção e controle da malária de exercícios anteriores	Projetos Analisados	Unid	06	06	**	**
10	512	1138	3883	P	1	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amapá	Realizar 06 visitas preliminares de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	06	06	**	**

10	512	1138	3883	P	1	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amapá	Realizar 10 visitas de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	10	0	**	**
10	512	1138	3883	P	1	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária no Estado do Amapá	Realizar 40 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	40	40	**	**
10	131	1287	4641	A	3	Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena	Divulgar 50 matérias referentes a ações, projetos e programas da Funasa nas áreas de saneamento ambiental e saúde indígena.	Matéria divulgada	Unid	50	19,83	**	**
10	131	1287	4641	A	3	Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena	Disponibilizar 02 Impressos para divulgar a imagem institucional e ações da Core-Ap	Impresso disponibilizado	Unid	2	0	**	**

10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá.	Analisar 01 projetos de saneamento ambiental em (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes) (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto analisado	Unid	01	0	**	**
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá.	Analisar 05 projetos de saneamento ambiental em (comunidade remanescente de quilombo, assentamento da reforma agrária, reserva extrativista ou localidades rurais com até 2.500 habitantes) exercícios anteriores.	Projeto analisado	Unid	05	05	**	**

10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá.	Realizar 01 visitas preliminares de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	01	0	**	**
10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá.	Realizar 10 visitas de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	10	0	**	**

10	511	1287	7656	P	1	Implantação, Ampliação ou Melhoria do Serviço de Saneamento em Áreas Rurais, em Áreas Especiais (Quilombolas, Assentamentos e Reservas Extrativistas) e em localidades com população inferior a 2.500 habitantes para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá.	Realizar 50 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	50	50	**	**
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Beneficiar 11 aldeias com sistemas de abastecimento de água.	Aldeia beneficiada	Unid.	11	07	**	**
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Beneficiar 01 aldeias com melhorias sanitárias domiciliares.	Aldeia beneficiada	Unid.	01	01	**	**

10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Beneficiar aldeias com sistemas de esgotamento sanitário.	Aldeia beneficiada	Unid.	-	-	**	**
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Elaborar 11 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unid.	11	01	**	**
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Realizar a contratação de elaboração de 01 projetos de saneamento básico em aldeias.	Projeto elaborado	Unid.	01	01	**	**
10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Realizar 80 visitas de acompanhamento de obras do exercício 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	80	80	**	**

10	511	1287	7684	P	1	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos no Estado do Amapá	Realizar 120 visitas de acompanhamento de obras de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	120	120	**	**
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Analisar 01 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água (relativos aos pleitos de 2010)	Projeto analisado	Unid	01	-	**	**
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Analisar 03 projetos de Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água de exercícios anteriores	Projeto analisado	Unid	03	03	**	**
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Realizar 01 visitas preliminares de convênios de 2010.	Visita técnica preliminar Realizada	Unid	01	0	**	**
10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Realizar 05 visitas de acompanhamento de convênios de 2010.	Visita técnica de acompanhamento exercício 2010 Realizada	Unid	05	0	**	**

10	512	8007	10GG	P	3	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos	Realizar 30 visitas de acompanhamento de Convênios de Exercícios Anteriores.	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Unid	30	30	**	**
GESTÃO													
10		0750	20CW	A	4	Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos	Realizar Exames Periódicos em 100% dos servidores ativos, empregados públicos, nomeados em cargos de comissão e contratados temporários em exercício na Core.	Servidores beneficiados	Unid	268	*	**	**
10		0750	20CW	A	4	Assistência Médica aos servidores e Empregados Públicos – Exames Periódicos	Realizar Exames Periódicos em 45 dos servidores descentralizados	Servidores beneficiados	Unid	45	*	**	**
10	301	0750	2004	A	4	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados Públicos e seus Dependentes na Funasa	Beneficiar 268 servidores ativos, inativos, empregados públicos, pensionistas e seus dependentes naturais com Assistência a Saúde Suplementar por meio do acompanhamento do cumprimento do objeto do convênio.	Servidor beneficiado	Unid	268	*	**	**

* **Justificativa:** Devido ao atraso na disponibilização de um sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.

10	122	0750	2000	A	4	Implantação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO	Desenvolver três ações do PCMSO na Coordenação Regional, sendo uma delas ginástica laboral.	Desenvolver Projeto	Unid	3	*	**	**
10	122	0750	2000	A	4	Melhoria do Ambiente de trabalho	Executar das medidas corretivas dos itens apontados no Laudo de Avaliação Ambiental sob responsabilidade da Core.	Medidas executadas	Unid	50	*	**	**
10	122	0750	2000	A	4	Melhoria do Ambiente de trabalho	Constituir Grupo de Trabalho, por meio de Portaria, para promoção e acompanhamento da aplicação das medidas corretivas apontadas no Laudo.	GT constituído	Unid	4	*	**	**
10	128	0016	4572	A	3	Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação	Capacitar servidores públicos federais em exercício na Funasa.	Servidor capacitado	Unid	150	69	**	**
10	128	0016	4572	A	3	Participação de Servidores Públicos Federais em Eventos de Capacitação	Promover a participação de servidores Públicos federais em exercício na Funasa em eventos de capacitação.	Nº de participação	Unid	200	15	**	**

Fonte: PlamSUS

**** Justificativa:** A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Nacional de Saúde	36211	255003

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 2.4 - Programação de Despesas Correntes – “Não se aplica a esta UJ”

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total								

Fonte: As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da FUNASA

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 2.5 Programação de Despesas Capital I-“Não se aplica a esta UJ”

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte: As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da FUNASA

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas - “Não se aplica a esta UJ”

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						

CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total							

Fonte: As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da FUNASA

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	36211	09272008901810001	1.172,04	-	-
		36211	10122012222720001	-	-	703.492,10
		36211	10122015022720001	-	-	259.659,71
		36211	10122075000000001	-	-	1.737.419,37
		36211	10122128722720001	-	-	397.301,96
		36211	10128001645720001	-	-	149.639,26
		36211	10131128746410001	-	-	5.951,22
		36211	10423015061400001	-	-	1.398,90
		36211	10423015087430001	-	-	3.900.745,13
36211	10541012269080001	-	-	51.062,34		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	36211	10302015038690001	930.401,97	-	-
		36211	10511128776840001	1.168.707,32	-	-
	36211	10512012220AG001	5.576,99	-	-	

Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: FUNASA/Presidência

Análise crítica: A movimentação Externa – "não se aplica a UJ"

A gestão financeira, para ser eficaz precisa ser sustentada por um planejamento de suas disponibilidades e para isso o gestor precisa de instrumentos confiáveis, tendo em vista que a maior dificuldade das concessões e recebimento de créditos orçamentários e não executados por parte da SUEST é a falta de servidor conhecedor ligado as ações finalísticas, para a elaboração de processos como por exemplo PBS que geralmente vem com inconsistências na formalização do processo.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

R\$1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outros				

Análise Crítica: *“Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”.*

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica: *“Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”.*

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Grupos de Despesa	R\$1,00							
	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica: *“Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA”.*

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	633.471,62		633.471,62	
Pregão	3.164.237,56	3.460.039,22	2.983.860,06	3.354.656,24
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa	436.178,17	426.011,48	302.395,07	411.011,48
Inexigibilidade	28.423,64	35.189,03	28.423,6	35.189,03
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	2.989.971,77	2.136.688,92	2.989.971,77	2.136.688,92
Outras (Não se aplica)	3.155.624,89	2.420.410,20	3.155.359,39	2.420.410,20

Fonte: FUNASA/Presidência

Análise Crítica: Nos Órgãos públicos os Administradores financeiros tem a incumbência de selecionar projetos afim de atingir os principais objetivos e metas. Grande parte desses processos continham inconsistência, quando chegaram na Comissão de Licitação, diante disso houve um atraso e as Licitações foram realizadas no final do exercício, fato esse nos impossibilitou a execução do orçamento causando a devolução para FUNASA Presidência

2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Diárias	2.180.511,77	2.007.332,17	2.180.511,77	2.007.332,77	-	-	2.180.511,77	2.007.332,17
Material de Consumo	1.658.485,23	890.331,65	1.489.295,45	787.454,51	169.189,78	102.877,14	1.334.003,15	785.168,59
Passagem e Despesa c / locomoção	-	8.500,00	-	8.500,00	-	-	-	8.500,00
Outros Serviços Terceiro P.Física	953.725,50	378.356,75	953.725,50	366.356,75	-	12.000,00	953.460,00	366.356,75
Locação de Mão de Obra	636.763,25	1.200.508,83	520.348,93	1.113.200,83	116.414,32	87.308,00	520.348,93	1.010.103,77
Outros Serviços Terceiro P.Jurídica	1.785.728,86	1.988.357,73	1.155.152,31	1.988.357,73	230.576,55	659.952,71	1.429.340,01	1.988.357,73
Obrigações Trib. E Contrib.	3.000,00	5.000,00	2.423,53	2.097,79	576,47	2.902,21	2.423,53	2.097,79
Despesas Exercícios Anteriores	49.950,77	68.350,15	49.950,77	68.350,15	-	-	49.950,77	68.350,15

Fonte: FUNASA/Presidência

Análise Crítica: A gestão financeira, para ser eficaz precisa ser sustentada por um planejamento de suas disponibilidades e para isso o gestor precisa de instrumentos confiáveis, tendo em vista que a maior dificuldade das concessões e recebimento de créditos orçamentários e não executados por parte da SUEST é a falta de servidor conhecedor ligado as ações finalísticas, para a elaboração de processos como por exemplo PBS que geralmente vem com inconsistências na formalização do processo.

2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro 2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras								
Obras e Investimentos	1.756.081,58	1.168.707,32	633.471,62	-	1.122.609,96	1.168.707,32	633.471,62	-
Equip. e Material Permanente	192.494,07	935.978,96	33.056,00	-	159.438,07	935.978,96	-	-
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: FUNASA/Presidência

Análise crítica:

A gestão financeira, para ser eficaz precisa ser sustentada por um planejamento de suas disponibilidades e para isso o gestor precisa de instrumentos confiáveis, tendo em vista que a maior dificuldade das concessões e recebimento de créditos orçamentários e não executados por parte da SUEST é a falta de servidor conhecedor ligado as ações finalísticas, para a elaboração de processos como por exemplo PBS que geralmente vem com inconsistências na formalização do processo.

2.4.3 - Indicadores Institucionais

Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado do 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde	Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{N}^\circ \text{ total de aldeias programadas no período}} \times 100$	$\frac{87}{41} \times 100 = 212,2 \%$	Eficácia	Relatórios de monitoramento das Ascom/ Core e Presi	Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	20	41	212,2%
Percentual de Casais beneficiadas com ações de educação em saúde voltadas para a humanização na prestação de serviços	Conhecer o quantitativo de Casais com ações educativas de humanização desenvolvidas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Casais com ações - projetos de humanização desenvolvidos}}{\text{N}^\circ \text{ total de Casais programadas no ano}} \times 100$	$\frac{1}{2} \times 100 = 50 \%$	Eficácia	Relatórios de monitoramento das Ascom/ Core e Presi. Relatório de atividades das EMSI das Casais/Dsei	Registros obtidos de relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	-	2	50%
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	Obs: A Educação e Saúde não obteve acesso aos Projetos do PAC	Eficácia	SIGOB Cgecon Equipes de educação em saúde das Core e Presi	Consulta aos TC/PAC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest	-	-	-

Indicadores de saúde indígena

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo	Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$	-	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	93,48	95	0%
Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*) (n}^{\circ} \text{ meses com acompanhamento)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de crianças < 5 anos acompanhadas no mês}} \times 100$	$\frac{2825}{1456} \times 100 = 194$	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	11	60	194%
Média percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*) (n}^{\circ} \text{ meses com acompanhamento)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de gestantes acompanhadas no mês}} \times 100$	$\frac{53}{320} \times 100 = 17$	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	6	70	17%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Demonstrar o nº de pessoas infectadas por malária na população indígena	Nº de pessoas infectadas	1718	Eficácia	Sivep - Malária	Consulta a relatório do sistema	Desai Suest Dsei	2155	1.349	127,35%
Incidência de tuberculose pulmonar BK+ na população indígena	Estimar o risco de um indivíduo vir a desenvolver Tuberculose BK+	$\frac{\text{Nº de casos de TB BK + confirmados}}{\text{População Total no período}} \times 100$	$\frac{7}{9666} \times 100 = 72,41$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	64,15	64,5	72,41%
Coefficiente de mortalidade infantil na população indígena	Estimar o risco de morte dos nascidos vivos no 1º ano de vida	$\frac{\text{Nº de óbitos de crianças < 1 ano}}{\text{Nº de nascidos vivos no período}} \times 1.000$	$\frac{4}{245} \times 1000 = 16,32$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	74,9	71,15	16,32%

Indicadores de Saneamento Ambiental

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado do 2010
<p>Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*)</p> <p>Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p>	<p>$\frac{4}{11} \times 100 = 36,3\%$</p> <p>$\frac{3}{11} \times 100 = 27,27\%$</p> <p>$\frac{0}{11} \times 100 = 0\%$</p>	Eficácia	Sigesa e Siscon Siafi	<p>Relatórios do Sigesan;</p> <p>Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)</p>	Densp Depin Suest	0	1	36,3%
<p>Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*)</p> <p>Acumulado - 2007 a 2009. Parâmetro de verificação: Portaria 544)</p>	<p>Medir a execução física das obras do PAC</p>	<p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p> <p>$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$</p>	0	Eficácia	Sigesa e Siscon Siafi	<p>Relatórios do Sigesan;</p> <p>Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)</p>	Densp Depin Suest	0	-	-

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
<p>Percentual de aldeias com sistema de abastecimento de água implantado com recursos do PAC (*)</p> <p>(*) Acumulado – 2007 a 2009</p> <p>OBS.:Será por Core – definido em reunião com técnicos do Densp em 08.10.09</p>	<p>Medir o percentual de de aldeias com sistema de abastecimento de água implantados com recursos do PAC</p>	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA(*)}}{\text{Total de aldeias previstas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{15}{15} \times 100 = 100\%$	Eficácia	Planilha de acompanhamento de obras. Visita de acompanhamento de obras	Planilha Acompanhamento de obras (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	0	11	100%
<p>Percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC (*)</p> <p>(*)Acumulado – 2007 a 2009)</p>	<p>Aferir o percentual de aldeias com tratamento de água implantado com recursos do PAC</p>	$\frac{\text{Nº de aldeias com SAA com tratamento de água implantado}}{\text{Total de aldeias com SAA implantado com recursos do PAC}} \times 100$	$\frac{15}{15} \times 100 = 100\%$	Eficácia	Planilha de acompanhamento em excel visita de acompanhamento de obras	Planilha de Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento de obras (Diesp)	DENSP Suest	0	11	100%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de sistemas de Abastecimento de água, em aldeias, com monitoramento da qualidade da água para consumo humano *	Medir o percentual de sistemas de abastecimento de água monitorado	$\frac{\text{Nº de sistemas de abastecimento de água em área indígena monitorado}}{\text{Total de sistemas de abastecimento de água em área indígena com tratamento}} \times 100$	$\frac{0 \times 100}{15} = 0\%$	Eficácia	Planilha de acompanhamento do Programa de acompanhamento	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp)	DENSP Suest	0	0	0%
Percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado	$\frac{\text{Nº de comunidades remanescentes de quilombo com SAA implantado (*)}}{\text{total de comunidades remanescentes de quilombo programadas nos 4 anos do PAC}} \times 100$	$\frac{0 \times 100}{2} = 0\%$	Eficácia	Relatório Consolidado de atividades (Densp) Planilha de acompanhamento (Diesp)/Sensp) Programação do PAC	Planilha Acompanhamento (Densp) E visita de acompanhamento (Diesp/Sensp)	DENSP Suest	0	0	0%

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas com recursos do PAC (RA ajustado) (*) Acumulado – 2007 a 2009	Verificar o percentual de domicílios com Melhorias Sanitárias Domiciliares implantadas	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios com MSD implantado (*)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$	$\frac{18 \times 100 = 13,13\%}{137}$	Eficácia	Programação do PAC Siges an	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	11	10	13,13%
Percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada com recursos do PAC (*) Acumulado – 2007 a 2009	Aferir o percentual de domicílios com Melhoria Habitacional para o Controle da Doença de Chagas realizada	$\frac{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios com MHCDC realizada (*)}}{\text{N}^{\circ} \text{ de domicílios programados nos 4 anos PAC}} \times 100$		Eficácia	Programação do PAC Siges an	Relatório gerado do Sistema Programação do PAC	DENSP/Suest	0	-	-

3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

3.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro 3.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

3.2 Análise Crítica

Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 no SIAFI.

4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O **Quadro 4.1** abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2010, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

Quadro 4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	314.426,10	-	314.426,10	-
2008	136.323,39	-	136.323,39	-
2007	-	-	33.172,78	-
2006	80.156,21	104.363,83	80.156,21	-
2005	37.016,51	900,00	36.116,51	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	1.798.805,15	51.158,91	1.115.682,92	631.963,32
2008	1.682.122,53	29.495,58	868.846,82	783.780,13
2007	366.752,45	13.467,22	290.008,28	30.104,17
2006	1.361.227,86	42.612,09	1.214.251,94	-
2005	242.169,82	136.868,95	105.300,87	-
Observações:				

Fonte: FUNASA/Presidencia

4.2 Análise Crítica

As obrigações de despesas pendentes de pagamento que não puderam ser cumpridas integralmente dentro do exercício de competência, Justifica-se pela necessidade de ajustes na programação aprovada

a fim de adequar à nova estrutura organizacional de competência e atribuições definidas a cada órgão a partir da análise relativa da execução dos restos em função do valor da inscrição.

A inscrição de Restos a Pagar deu-se também pelo atraso de recursos orçamentários da Funasa/Presidência para as Regionais e o cumprimento de prazos estabelecidos por Decreto Presidencial para o encerramento de exercício.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 5.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos-Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		153	03	
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		191		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		7		
1.4.2 Removidos				1
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		2		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo	2	2		
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas		11		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total		366		

Fonte: RH/SUEST Amapá

Quadro 5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	1	8	147	182	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			2	4	1
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		1	1	2	
2.3. Funções gratificadas		6	4	1	

Fonte: RH/SUEST Amapá

Quadro 5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010.

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provedimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		3	44	32	268	57			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença						7			
2. Provedimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					2	3			
2.3. Funções gratificadas					11				

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: RH/SUEST Amapá

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	13	13
1.2 Compulsório	1	1
1.3 Invalidez Permanente		
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária		
2.2 Compulsório	1	1
2.3 Invalidez Permanente		
2.4 Outras		

Fonte: RH/SUEST Amapá

Quadro 5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	04	03
2. Proporcional	-	-

Fonte: RH/SUEST Amapá

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 5.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes												Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Nível superior	10	10	7	7	9	8	15	10	10	10	10	10	133.855,27
Área Fim	04	03	03	03	05	05	08	05	05	06	06	06	
Área Meio	06	07	04	04	04	03	07	05	05	04	06	06	
Nível Médio	08	26	25	27	27	27	24	27	25	26	26	26	
Área Fim	03	11	08	10	09	08	11	09	08	11	11	11	
Área Meio	05	15	17	17	18	19	13	18	17	15	15	15	

Fonte: SECAP/RH/SUEST Amapá

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro 5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010. Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	N							
2009	N							
2010	N							
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	17.362.089,68							
2009	20.359.146,96							
2010	20.570.577,87							
Servidores com Contratos Temporários								
2008	-							
2009	46.048,77							
2010	-							
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008	235.225,29							
2009	273.068,51							
2010	326.499,42							
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	N							
2009	Ñ							
2010	N							
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	233.486,98							
2009	229.010,91							
2010	220.746,33							
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	69.351,41							
2009	71.413,01							
2010	68.798,81							

Fonte: RH/SUEST Amapá

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 5.8 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: SUEST-AP/FUNASA													
UG/Gestão: 36211							CNPJ: 26.989.350/0518-88						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
004/2009	1	Ordinária	CIVAN	07.145.039/0001-46	25/11/2009	25/02/2011	-	-	42	42	-	-	P
011/2010	1	Ordinária	Andrade & Monteiro	07.304.842/0001-86	06/09/2010	05/09/2011	12	12	-	-	-	-	P

Observação:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SALOG/DIADM/SUEST

Quadro 5.9 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome:													
UG/Gestão:							CNPJ:						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

Observação: não existe dados para este item

LEGENDA
Área:
 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
 3. Tecnologia da Informação;
 4. Serviços de Copa e Cozinha;
 5. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
 6. Serviços de Brigada de Incêndio;
 7. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
 8. Outras.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

Quadro 5.10 - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa

LEGENDA

1. Área;
2. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
3. Tecnologia da Informação
4. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
5. Serviços de Copa e Cozinha;
6. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
7. Serviços de Brigada de Incêndio;
8. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
9. Higiene e Limpeza;
10. Vigilância Ostensiva;
11. Outras.

Fonte:

Observação: “Não se aplica a UJ”

5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Tipo	Memória de Calculo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado do 2009	Meta 2010	Resultado do 2010
Percentual de servidores em exercício na Funasa	Conhecer os servidores que atuam na instituição	$\frac{\text{Nº de servidores em exercício}}{\text{Total de servidores ativos}} \times 100$	Eficácia	$\frac{166}{402} \times 100$	Siape	Siape	DIREH/SUEST	38,49	39,35	41,30%

Fonte: SIAPE

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro 6.1 – Resumo dos instrumentos de Transferências vigentes no exercício de 2010. (A SUEST não faz transferências a outros Órgãos ou Unidade) – “Não se aplica a UJ”

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte:

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 6.2 Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios. (A SUEST não faz transferências a outros Órgãos ou Unidade) - “Não se aplica a UJ”

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação						
Termo de Compromisso						
Totais						

Fonte:

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro 6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes (A SUEST não faz transferências a outros Órgãos ou Unidade) - “Não se aplica a UJ”

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais					

Fonte:

6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro 6.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		15	-
		Montante Repassado		7.533.697,83	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	12	-
			Montante Repassado (R\$)	5.165.197,99	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	16	-	
		Montante Repassado (R\$)	5.846.041,51	-	
2009	Contas prestadas	Quantidade		17	-
		Montante Repassado (R\$)		5.147.033,90	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		15	-
		Montante Repassado (R\$)		4.490.904,36	-
2008	Contas prestadas	Quantidade		09	-
		Montante Repassado (R\$)		2.936.167,19	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		07	-
		Montante Repassado (R\$)		2.817.029,64	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		-	-
		Montante Repassado (R\$)		-	-

Fonte: Convênio/SUEST/Amapá

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 6.5. Resumo da prestação de contas de convênio e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante							
Nome: Fundação Nacional de Saúde – SUEST/AP							
CNPJ:26.989.350/0518-88			UG/GESTÃO: 255003				
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos			
				Convênios	Contratos de Repasse		
2010	Quantidade de contas prestada			23	-		
	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade			15	-	
		Montante Repassado			2.533.695,83	-	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			13	-
			Quantidade Reprovada			02	-
			Quantidade de TCE			02	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade			16	-
Montante Repassado (R\$)			5.846.041,15	-			
2009	Quantidade de contas prestadas			19	-		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			16	-	
		Quantidade Reprovada			03	-	
		Quantidade de TCE			03	-	
	Contas não analisada	Quantidade			15	-	
Montante Repassado (R\$)			4.490.904,36	-			
2008	Quantidade de contas prestadas			30	-		
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			13	-	
		Quantidade Reprovada			11	-	
		Quantidade de TCE			-	-	
	Contas não analisada	Quantidade			07	-	
Montante Repassado (R\$)			2.317.029,64	-			
Exercício Anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			-	-	
		Montante Repassado (R\$)			-	-	

Fonte: Convênio/SUEST/Amapá

6.2 Análise Crítica

Os procedimentos do Convênio da SUEST/Amapá, se deu como: Foi adotado medidas de acompanhamento e fiscalização, mediante pareceres técnicos e financeiros quanto a realização das visitas in loco, da liberação ou não de recursos. Houve cumprimento dos cronogramas físicos dos projetos e visando atribuir controles para minimizar riscos relacionados a aplicação de recursos transferidos aos convenientes e ou compromitentes para execução das ações pactuadas. Orientar as convenientes quanto a agilização no cumprimento inerentes as documentações exigidas para habilitação. As Prestações de Contas são obrigatoriedade das convenientes e o acompanhamento da boa e regular aplicação dos recursos da concedente, mas por falta de Recursos Humanos (engenheiro), nem sempre são cumpridos dentro dos prazos legais.

7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Eu, José Roberto Galvão, CPF. Nº. 363.101.828-20, ocupante do cargo de Diretor de Administração desta Fundação Nacional de Saúde, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Macapá, AP, 28 de fevereiro de 2011.


Superintendente Estadual

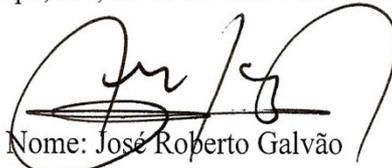
8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

Eu, José Roberto Galvão, CPF. Nº. 363.101.828-20, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amapá, declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

Macapá, AP, 28 de fevereiro de 2011.



Nome: José Roberto Galvão

Cargo: Superintendente da FUNASA do Amapá

9.SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

Quadro 9.1 - Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		

Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: COREGE/SUESTAP

Análise Crítica: Esta informações foram tabuladas, segundo os integrantes do COREGE, ou seja representantes de grupos dos setoriais.

10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Quadro 10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i>					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. GESTÃO DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 11.1 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Amapá		
	Município de Amapá	03	03
	Município de Calçoene	01	01
	Município de Cutias	01	01
	Município de Laranjal do Jari	01	01
	Município de Ferreira Gomes	01	01
	Município de Macapá	03	03
	Município de Mazagão	02	02
	Município de Oiapoque	02	02
	Município de Pedra Branca do Amapari	01	01
	Município de Santana	01	01
	Município de Porto Grande	03	03
	Município de Tartarugalzinho	02	02
Subtotal Brasil		20	20

EXTERIOR	PAÍS 1	-	-
	PAÍS "n"	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		20	20

Fonte: Patrimônio/SUEST/Amapá

Quadro 11.2 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF Amapá		
	Município de Macapá	01	01
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1	-	-
	PAÍS "n"		
	cidade 1	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Patrimônio/SUEST/Amapá

Quadro 11.3 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
255003	0601.00045.500-4	5	4	R\$ 2.120,00	01/12/2000	-	-	-
	0601.00040.500-7	5	7	R\$ 8.137,00	01/12/2000	-	-	-
	0601.00039.500-1	18	4	R\$ 11.082,10	01/12/2000	-	-	-
	0603.00007.500-3	5	3	R\$ 20.063,25	01/12/2000	-	-	-
	0611.00002.500-7	5	4	R\$ 10.916,10	01/12/2000	-	-	-
	0613.00005.500-0	14	4	R\$ 7.367,18	01/12/2000	-	-	-
	0601.00052.500-2	15	3	R\$ 136.626,20	01/12/2000	-	-	-
	0601.00038.500-6	15	4	R\$ 50.708,72	01/12/2000	-	-	-
	0607.00004.500-0	5	3	R\$ 34.315,20	01/12/2000	-	-	-
	0609.00032.500-9	15	4	R\$ 17.901,00	01/12/2000	-	-	-
	0609.00033.500-6	14	4	R\$ 1.300,00	01/12/2000	-	-	-
	0671.00008.500-3	5	4	R\$ 10.534,10	01/12/2000	-	-	-
	0671.00007.500-8	14	6	R\$ 8.579,61	01/12/2000	-	-	-
	0671.00005.500-7	5	2	R\$ 148.928,03	01/12/2000	-	-	-
	0615.00024.500-0	18	7	R\$ 30.239,04	01/12/2000	-	-	-
	0617.00005.500-2	5	7	R\$ 18.056,24	01/12/2000	-	-	-
	0617.00006.500-8	15	3	R\$ 20.292,10	01/12/2000	-	-	-
	0671.00006.500-2	5	3	R\$ 35.468,44	01/12/2000	-	-	-
Total							-	-

Fonte: Patrimônio/SUEST/Amapá

12. GESTÃO DE TI.

A SUEST não tem estrutura formal de Tecnologia da informação. Esta responsabilidade é de Competência da Presidência da FUNASA.

13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO

Observação: “NÃO HOUVE OCORRÊNCIA NO PERÍODO”.

14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

A SUEST não executa renúncia tributária, pois a gestão orçamentária e financeira e de responsabilidade é da competência da Presidência da FUNASA.

15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício – Na SUEST Amapá, não houve ocorrência no período.

Quadro 15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício - Na SUEST Amapá, não houve ocorrência no período

Quadro 15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro 15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>Fuga ao procedimento licitatório para a contratação de serviços no valor de R\$367.812,30 devido à falta de planejamento por parte da FUNASA/CORE-AP. Em análise do processo n° 25115.020.546/2009-67 (dispensa de licitação n° 10/2009), verificou-se que a contratação da empresa Rio Norte Táxi Aéreo Ltda.(CNPJ n° 10.224.681/0001-25) para prestação de serviços de fretamento de aeronave monomotor para transporte de passageiros e cargas relacionados a ações de saúde indígena, no valor total de R\$264.000,00, realizou-se mediante dispensa de licitação com base no inciso IV do art. 24 da Lei n° 8.666/1993, o qual dispõe sobre contratação emergencial em razão de urgência de atendimento de situação que possa vir a causar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares. No caso em análise, conforme verificado no Pedido de Bens e Serviços e no Termo de Referência, ambos de 28/10/2009, a situação de emergência configurou-se na medida em que houve necessidade urgente de atendimento aéreo a indígenas com problemas de saúde sem que houvesse contrato em vigor para tanto. Tal fato deveu-se ao encerramento do contrato anterior sem que antes tivesse sido concluído o processo licitatório subsequente para a contratação dos serviços de fretamento de aeronave.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA/CORE-AP deve produzir esforços a fim de que, antes do fim da vigência dos contratos em vigor, seja realizado um adequado planejamento visando à conclusão dos processos licitatórios subsequentes a esses contratos de forma que não sejam ocasionadas situações para realização de despesas sem prévio empenho em virtude de problemas de planejamento da própria FUNASA/CORE-AP.</p>	<p>SALOG/DIADM</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Contratação em caráter emergencial, de 192 (cento e noventa e duas) horas de voo, com uma empresa de Taxi aéreo, para transportar pacientes indígenas em situação de urgência/emergência, medicamentos, materiais e profissionais da área de saúde até que se concluísse o processo licitatório (Pregão Eletrônico) iniciado para esse fim. Retirada dos técnicos que já estava há mais de 40 (quarenta) dias prestando atendimento a saúde dos povos indígenas nas montanhas do parque do Tumucumaque e Wajãpi, fato esse que já estava causando apreensão aos seus familiares.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>O processo n° 25115.021.606/2009-69, referente ao reconhecimento de dívida, no valor de R\$103.812,30, em favor da empresa Rio Norte Táxi Aéreo Ltda. (CNPJ n° 10.224.681/0001-25), verificou-se que os serviços de fretamento de aeronave prestados que ensejaram a cobrança da dívida por parte da empresa e o pagamento por parte da FUNASA/CORE-AP, conforme ordem bancária 2009OB803124 ocorreu entre os dias 02/11/2009 e 24/11/2009. Entretanto, em consulta ao SIAFI, verificou-se que o valor da despesa só veio a ser empenhado em 30/12/2009, conforme nota de empenho 2009NE000214. O Decreto n° 93.872/1986 prevê em seu art. 24, parágrafo único, que em se tratando de emergência admitir-se-á que o ato do empenho seja contemporâneo à realização da despesa. Entretanto, apesar de configurada a situação de emergência no caso em análise (atendimento a indígenas com problemas de saúde), verificou-se que a despesa só veio a ser empenhada quase dois meses após o início dos serviços. Constatou-se, portanto, a realização de despesas sem prévio empenho, em descumprimento ao disposto no artigo 60 da Lei 4.320/64.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA/CORE-AP deve produzir esforços a fim de que, antes do fim da vigência dos contratos em vigor, seja realizado um adequado planejamento visando à conclusão dos processos licitatórios subseqüentes a esses contratos de forma que não sejam ocasionadas situações para realização de despesas sem prévio empenho em virtude de problemas de planejamento da própria FUNASA/CORE-AP.</p>	<p>SALOG/DIADM</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Contratação em caráter emergencial, de 192 (cento e noventa e duas) horas de voo, com uma empresa de Taxi aéreo, para transportar pacientes indígenas em situação de urgência/emergência, medicamentos, materiais e profissionais da área de saúde até que se concluisse o processo licitatório (Pregão Eletrônico) iniciado para esse fim. Retirada dos técnicos que já estava há mais de 40 (quarenta) dias prestando atendimento a saúde dos povos indígenas nas montanhas do parque do Tumucumaque e Wajãpi, fato esse que já estava causando apreensão aos seus familiares.</p>

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro 15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas Nº 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício nº 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
Inexecução de reembolso da remuneração de servidores cedidos com ônus para o Governo do Estado do Amapá no valor de R\$151.791,89.	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Articular junto à FUNASA Presidência, a disponibilização das informações relativas ao reembolso da cessão de servidores, para o controle e futura cobrança no caso de inadimplência do cessionário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Realizar o levantamento de todos os valores devidos pelo Governo do Estado do Amapá, inclusive de exercícios anteriores e realizar cobrança do total devido.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Em virtude da inadimplência do Governo do Estado do Amapá, notificar pessoalmente os servidores cedidos, para que retornem ao órgão de origem, de acordo com que determina o § 2º do artigo 4º do Decreto 4.050/2001.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Permanecendo a inadimplência e caso os servidores não retornem no prazo fixado, suspender o pagamento das respectivas remunerações até a regularização da situação funcional desses servidores.</p>	Divisão de Recursos Humanos	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Documentos do Recurso Humanos demonstram que arduamente, fizemos cobrança no sentido de sanar essa pendência, ocorre que todo pagamento é feito via GRU, em conta diretamente para Presi/ Brasília, desta forma não temos como saber se tal recolhimento fora realizado. Desta feita, estamos nos reportando a Presidência com vistas a solicitar informações relativas ao reembolso da Cessão de Servidores em égide, Tanto para Controle como para futura cobrança.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 O levantamento encontra-se anexo ao Ofício 62/2011</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Tão logo tenhamos informações clara de inadimplência, notificaremos aos servidores para retornarem a esta instituição.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 O prazo foi fixado em 120 dias, alguns servidores já retornaram</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>Ausência de controles sobre o atendimento das condicionalidades ambientais e laborais dos servidores beneficiados com o adicional de insalubridade. Para análise da legalidade do pagamento do adicional de insalubridade solicitou-se a identificação do local de trabalho e as atividades laborais de 89 dos 367 servidores que recebem o benefício. Destaca-se que 69% dos beneficiados encontram-se cedidos para o Governo do Estado do Amapá e Municípios do Estado, para atender a Lei 8270/91 (implantação do SUS), o que torna mais importante o controle sobre a concessão do benefício. Observou-se ainda o pagamento para servidores que, a princípio, não teriam direito ao benefício, como: agente de portaria, auxiliar de serviços diversos e agentes administrativo, no entanto, em virtude dos mesmos estarem cedidos, não foi possível constatar se as condições de trabalho desses servidores justificam o pagamento do adicional. Importante destacar que o laudo ambiental apenas identifica os locais e as atividades consideradas insalubres sem identificar servidores que teriam direito ao benefício. Portanto caberia à Unidade Auditada proceder ao levantamento dos servidores que exerçam atividades ou que trabalhem em locais considerados insalubres.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar os controles sobre a área de recursos humanos, implantando rotinas para a verificação periódica das condições ambientais e laborais dos beneficiários do adicional de insalubridade.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Realizar levantamento de todos os servidores beneficiados com o adicional de insalubridade e, em existindo beneficiário que não atendam aos parâmetros exigidos para a concessão do benefício, cessar imediatamente o pagamento do adicional.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Realizar ações no sentido de promover os ajustes no ambiente de trabalho sugeridas no laudo ambiental, com o objetivo de eliminar ou amenizar as atividades e os ambientes considerados insalubres.</p>	<p>Divisão de Recursos Humanos</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 e 002 Foi designada em 07/05/2010, por meio da Portaria n° 102 uma Comissão de supervisão dos locais e Atividades Insalubres desenvolvidas pelos servidores lotados nos diversos municípios do Estado e contemplados na Portaria n° 49, de 05/03/2010, publicada no BS 010 de 08/03/2010, processo n° 25115.002.525/2010-01, que deslocou para as diversas cidades, ao qual estamos aguardando relatório final.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Estamos tentando mudar os setores para um prédio com condições de promover os ajustes no ambiente de trabalho sugeridas no laudo ambiental, com o objetivo de eliminar ou amenizar as atividades e os ambientes considerados insalubres.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
Inexecução contratual sem aplicação das penalidades previstas em contrato. Em análise do processo n° 25115.014.174/2009-30, pregão n° 12/2009, que trata da compra de material permanente, foi detectado a inexecução contratual referente a nota de empenho 2009NE900516 de 18/12/2009. A empresa contratada não solicitou prorrogação no prazo de entrega e a FUNASA/CORE-AP não efetuou qualquer cobrança visando receber os bens adquiridos dentro do prazo contratual de 30 dias para fornecimento, ou seja, até 17/01/2010, bem como não aplicou nenhuma penalidade prevista em contrato.	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar o controle no acompanhamento de entrega futura de materiais adquiridos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Aplicar as penalidades previstas pela inexecução contratual, conforme previsto em contrato.</p>	SEMAT/SALOG/DI ADM	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Os controles estão sendo aprimorados no acompanhamento de entrega futura de materiais adquiridos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Estão sendo observados na aplicação de penalidades previstas pela inexecução contratual, conforme previsto em contrato.</p>
Após a realização da análise do relatório de gestão da FUNASA/CORE-AP, relativo ao exercício de 2009, observou-se que a Unidade auditada deixou de apresentar análises críticas da execução dos programas e ações executadas em 2009 e apresentadas no item 2.3.1 - Programas e ações sob sua responsabilidade, no relatório de gestão. Nos quadros apresentados constam apenas a descrição dos programas e as metas físicas e financeiras previstas e executadas, sem nenhuma descrição das causas para que a Unidade não atingisse as metas previstas, o que dificulta tanto a avaliação da execução dos programas, como a análise dos indicadores constantes do relatório de gestão.	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Ao elaborar o relatório de gestão, incluir informações claras e precisas, colhidas dos sistemas corporativos, complementando com análises críticas, identificando casos de sucessos, problemas na execução das ações, realização de parcerias e todas as informações necessárias para a adequada análise da execução dos programas e ações sob a responsabilidade da Unidade.</p>	Assessoria de Planejamento/DIE SP/DISEI	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Ao elaborar o relatório de gestão do ano de 2010, cumprimos as orientações adotadas pelos órgãos de Controle, como também faremos constar as informações do SIAFI Gerencial enviadas pela PRESI/FUNASA.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>Depreende-se que a situação de emergência originou-se da atuação deficiente do próprio órgão, uma vez que caberia à FUNASA/CORE-AP um adequado planejamento a fim de que o processo licitatório fosse concluído antes do encerramento do contrato em vigor. Situação semelhante à anteriormente apontada foi observada no processo n° 25115.021.606/2009-69, referente ao reconhecimento de dívida de serviços de fretamento de aeronave no valor de R\$103.812,30, também em favor da empresa Rio Norte Táxi Aéreo Ltda</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se que seja instaurado processo administrativo para apurar a responsabilidade de quem deu causa a não conclusão, em tempo hábil (ou seja, antes do fim da vigência do contrato n° 13/2007, firmado com a empresa Norte Jet Táxi Aéreo Ltda.) do processo licitatório para contratação de serviços de fretamento de aeronaves para transporte de passageiros e carga voltados à saúde indígena (Pregão Eletrônico n° 15/2009).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 A FUNASA/CORE-AP deve produzir esforços a fim de que, antes do fim da vigência dos contratos em vigor, seja realizado um adequado planejamento visando à conclusão dos processos licitatórios subsequentes a esses contratos de forma que não sejam ocasionadas situações para realização de dispensas de licitação em virtude de problemas de planejamento da própria FUNASA/CORE-AP.</p>	GABINETE	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Instauração de Processo Administrativo para apurar a responsabilidade de quem deu causa a não conclusão, em tempo hábil.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Produzir esforços a fim de que, antes do fim da vigência dos contratos em vigor, seja realizado um adequado planejamento</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>A equipe de auditoria verificou que o contrato assinado em 25/11/2009 a que se referiu o coordenador regional tratava do contrato n° 003/2009 assinado com a empresa Rio Norte Táxi Aéreo Ltda., resultante da dispensa de licitação n° 10/2009. Verificou-se ainda que a dispensa foi realizada porque o contrato de fretamento de aeronaves foi encerrado sem que antes fosse concluído o processo licitatório subsequente. Nesse intervalo de tempo entre o encerramento do contrato anterior (contrato n° 13/2007, encerrado em 09/09/2009) e a assinatura do contrato resultante da dispensa (assinado em 25/11/2009), foram realizadas as despesas cobradas no processo de reconhecimento de dívida. Apesar de em casos de extrema necessidade ser aceita a realização de despesas sem respaldo contratual, conforme Acórdão TCU n° 0282-05/2008 - Plenário, percebe-se que no caso em análise a situação de emergência (atendimento aéreo a indígenas com problemas de saúde) decorreu da falta de planejamento por parte da FUNASA/CORE-AP, sendo que, nesse caso, o TCU já se posiciona de forma contrária, conforme Acórdão n° 0378-05/2008 - Segunda Câmara.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA/CORE-AP deve produzir esforços a fim de que, antes do fim da vigência dos contratos firmados pela unidade, seja realizado um adequado planejamento visando à conclusão dos processos licitatórios subsequentes a esses contratos, evitando assim a ocorrência de situações de emergência onde haja a realização de despesas sem cobertura contratual.</p>	<p>CPL/SALOG/DIAD M/DIESP/DISEI</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Foi encaminhado o fato aos Fiscais de Contrato, e foram orientados que se observasse o prazo estabelecido pelo § 2º Art 67. Tendo com isso tempo para aditivar, ou realizar novo certame. Evitando assim o vencimento do contrato. Quanto ao despacho exarado pela PGF, sobre <i>‘Instauração de processo administrativo, para apuração de responsabilidade’</i>, devido esta superintendência ter servidores como pouco conhecimento na área, solicitamos a Presidência estes, visando, não somente evitar anulação do processo, bem como, a lisura e imparcialidade.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>Em análise do edital e do Termo de Referência referentes ao Pregão n° 15/2009 constatou-se que também não foi exigida a homologação das aeronaves junto à ANAC para transporte de enfermos. A FUNASA/CORE-AP atuou de forma irregular tendo em vista que para esse tipo de transporte deve-se cumprir o disposto no Inciso XII do Art. 2° da Portaria n° 190/GC-5, do Comando da Aeronáutica, de 20 de março de 2001: Art. 2° - Para os efeitos destas Instruções, ficam definidas as seguintes conceituações: (...) XII - Transporte Aéreo de Enfermos - operações realizadas por empresas de táxi aéreo, dentro de requisitos previstos em regulamentação específica do DAC e do Conselho Federal de Medicina. Consiste no emprego de aeronave homologada para o transporte de enfermos, dotada de equipamentos médicos, fixos ou removíveis, com suporte necessário ao atendimento a ser prestado durante o voo por profissionais de saúde. O fretamento de táxi aéreo para a remoção de pacientes, dando-lhes o tratamento de passageiros comuns, sem que a aeronave tenha sido especificamente equipada para o serviço e sem o suporte de profissionais de saúde, não se enquadra nas presentes Instruções como transporte aéreo de enfermos, sujeitando-se a empresa, neste caso, a todas as responsabilidades e conseqüências advindas do tratamento dispensado ao paciente a bordo".</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA/CORE-AP deve exigir em suas próximas licitações para fretamento de aeronaves com a finalidade de transportar enfermos que os licitantes apresentem aeronaves credenciadas junto à ANAC para esse tipo de serviço e que haja a indicação de que essas aeronaves serão as utilizadas pelos participantes, para transporte de enfermos, em caso desagregarem-se vencedores da licitação.</p>	<p>CPL/DISEI</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena, houve a desvinculação dos procedimentos licitatórios para com a FUNASA, na oportunidade que ficou definido que a Divisão de Compras do Ministério da Saúde é quem passará a fazer as licitações. De qualquer forma, encaminharemos uma cópia do documento para que aquela Secretaria tenha conhecimento da recomendação.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>Constatou-se, portanto, restrição ao caráter competitivo do processo de dispensa de licitação n° 10/2009, tendo em vista que, devido às condições exigidas, empresas com aeronaves e estrutura de funcionamento em outros municípios do próprio Estado do Amapá, ou mesmo de outros estados, foram impedidas de pleitear a contratação, em descumprimento ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988 e no art. 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei n° 8.666/1993.</p>	<p>A FUNASA/CORE-AP deve aprimorar a supervisão quanto à regularidade na realização de dispensas de licitação ou mesmo de processos licitatórios, de forma a evitar a utilização de exigências injustificáveis que acarretem na restrição ao caráter competitivo dos processos, a exemplo daquelas que restrinjam a participação nas licitações a empresas localizadas no município de Macapá.</p>	CPL/SALOG	<p>A FUNASA/SUEST tem se desdobrado para que ocorrência como essa constatação, não ocorra nas próximas licitações.</p>
<p>Designação do fiscal do contrato após o consumo dos itens fornecidos. Em análise do processo n° 25115.000.958/2009-81, pregão eletrônico 06/2009, ata de registro de preços 004/2009 de 11 de setembro de 2009, celebrado com a empresa Comercial Brito Nunes Ltda, CNPJ 34.927.772/0003-57, no valor de R\$134.472,00, para a contratação de fornecimento de combustíveis (gasolina, diesel e Óleo lubrificante 2T), verificou-se a designação do fiscal do contrato, através da portaria 277, de 23 de outubro de 2009 e publicação no Boletim de Serviço 47 de 19 de novembro de 2009, sendo que os itens licitados foram adquiridos e consumidos em setembro e outubro de 2009, ou seja, o consumo foi anterior a designação do fiscal do contrato, inviabilizando o controle de aquisição dos itens.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se que a FUNASA/CORE-AP efetue um controle adequado dos contratos firmados a fim de que os respectivos fiscais sejam nomeados antes do início da execução contratual.</p>	SALOG/DIADM	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Foi providenciado a Capacitação de (04) fiscais de contrato no ano de 2010, objetiva-se replicar o curso em 2011. Cumprindo as determinações, após adjudicação e homologação do contrato, como ato contínuo publicaremos portaria designatória estabelecendo o servidor responsável pelo contrato.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
<p>Contratação de fornecimento de combustível no montante total de R\$134.472,00 sem a comprovação da necessidade do gasto e sem fundamentação para a contratação na quantidade solicitada. Em análise do processo n° 25115.000.958/2009-81, pregão eletrônico 06/2009, ata de registro de preços 004/2009 de 11 de setembro de 2009, celebrado com a empresa Comercial Brito Nunes Ltda., CNPJ 34.927.772/0003-57, no valor de R\$134.472,00, para a contratação de fornecimento de combustíveis não consta do processo licitatório documento fundamentando quantitativamente a contratação, haja vista a existência de contrato com a empresa Ticket Serviços S/A (cartão combustível), a fim de atender a todas as Coordenações Regionais da FUNASA, tornando-se em princípio, onerosa e desnecessária a realização de outro certame para a mesma finalidade.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Apurar a responsabilidade de quem deu causa à realização do certame, tendo em vista que não foi apresentada justificativa plausível que demonstrasse a necessidade de sua realização e nem mesmo que justificasse o quantitativo contratado.</p>	CPL/DIADM	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA através da Corregedoria abriu Processo de Sindicância para apuração dos fatos. Processo que se encontra na PGF em Macapá.</p>
<p>Ordens de fornecimento de combustíveis incompletas, inviabilizando identificação dos veículos para abastecimento e seus respectivos consumos. Em análise do processo n° 25115.000.958/2009-81, pregão eletrônico 06/2009, ata de registro de preços 004/2009 de 11 de setembro de 2009, celebrado com a empresa Comercial Brito Nunes Ltda, CNPJ 34.927.772/0003-57, no valor de R\$134.472,00, para a contratação de fornecimento de combustíveis (gasolina, diesel e Óleo lubrificante 2T), verificou-se a existência de ordens de fornecimento de combustíveis incompletas, abaixo descritas, que inviabilizaram a constatação de seu efetivo fornecimento e utilização.</p>	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 Recomenda-se à FUNASA/CORE-AP que, quando da expedição de ordens de fornecimento de combustíveis, identifique claramente a finalidade do combustível, bem como discrimine os veículos que o utilizarão (por meio de placas, prefixos, etc.) e as respectivas previsões de consumo.</p>	SOTRA/SALOG/DIADM	<p>RECOMENDAÇÃO: 001 A FUNASA através da Corregedoria abriu Processo de Sindicância para apuração dos fatos. Processo que se encontra na PGF em Macapá. Atualmente esta Superintendência tem realizado o controle através do sistema do TICKET CAR.</p>

ACOMPANHAMENTO DAS RESPOSTAS PRELIMINARES DO RELATÓRIO DE AUDITORIA- RA (PLANO DE PROVIDENCIAS PERMANENTE)			
Identificação do RA: Relatório de Auditoria de Contas N° 244039 – Exercício 2009		Comunicação Expedida: Ofício n° 62/2011- CGU AP	
(Item do RA) Constatação	Descrição da Recomendação	Unidade	Resposta da Unidade
Aceite na composição do BDI de índices relativos à CSLL e ao IRPJ. Em análise do processo n° 25115.015.756/2009-33, concorrência 02/2009, contrato 001/2010 e 002/2010, foi detectado na composição do BDI a aceitabilidade de índices relativos à CSLL e ao IRPJ em afronta ao Acórdão Plenário TCU número 325/2007, que veda a utilização desses índices em sua composição. No contrato 001/2010 o dano potencial é de R\$12.053,92 e no contrato 002/2010 o dano potencial é de R\$1.218,22. Vale destacar que não foi efetuado nenhum pagamento para as empresas contratadas até o presente momento (26/04/2010).	Capacitar servidores para controle e análise das planilhas orçamentárias.	SECAP/DIADM	RECOMENDAÇÃO: 001 Foi encaminhado a Seção de Capacitação para conhecimento e inserção nos cursos de capacitação do ano de 2011, para capacitar servidores da área.
Número insuficiente de engenheiros no quadro pessoal da FUNASA/CORE-AP acarretando na deficiência do acompanhamento físico das transferências voluntárias sob responsabilidade da unidade. Em relação às transferências voluntárias concedidas, verificou-se que o processo de concessão é realizado pela unidade central da FUNASA, enquanto o monitoramento das responsabilidades do conveniente fica a cargo do setor de convênios da FUNASA/CORE-AP e o acompanhamento físico da execução do objeto fica sob responsabilidade do DIESP (Divisão de Engenharia de Saúde Pública da FUNASA/CORE-AP).	RECOMENDAÇÃO: 001 . A FUNASA/CORE-AP deve produzir esforços a fim de que seja solicitado com urgência à unidade central da FUNASA que, além do envio temporário de outros profissionais para atender à demanda acumulada, conforme o solicitado pela coordenação regional do Amapá providencie a integração de mais engenheiros no quadro da FUNASA/CORE-AP de forma a solucionar o problema definitivamente.	DIESP	RECOMENDAÇÃO: 001 Foi encaminhada solicitação ao órgão central para reforço da equipe do Diesp, estando previsto a contratação e retorno de servidores.

16. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

16.1 Declaração Plena, com Ressalva ou Adversa

Quadro 16.1. - Declaração Plena do Contador

“Itens que não houve ocorrência nesta UJ”

16.2 Declaração do Contador com Ressalva

Quadro 16.2 - Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Amapá			255003
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:			
RESTRICAO TITULO			
004	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA RMA		
101	FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB		
104	SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.		
163	SLD.ALONGADOS CTAS TRANSITORIAS AT.COMP.		
951	FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO		
973	FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMEN		
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.	Data	21/01/2011
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC n°	4763
Ordenador de Despesas	 José Roberto Galvão Port. nº 95-DOU de 21/2011 Conselho Regional da CORE-AP Assinatura/carimbo		

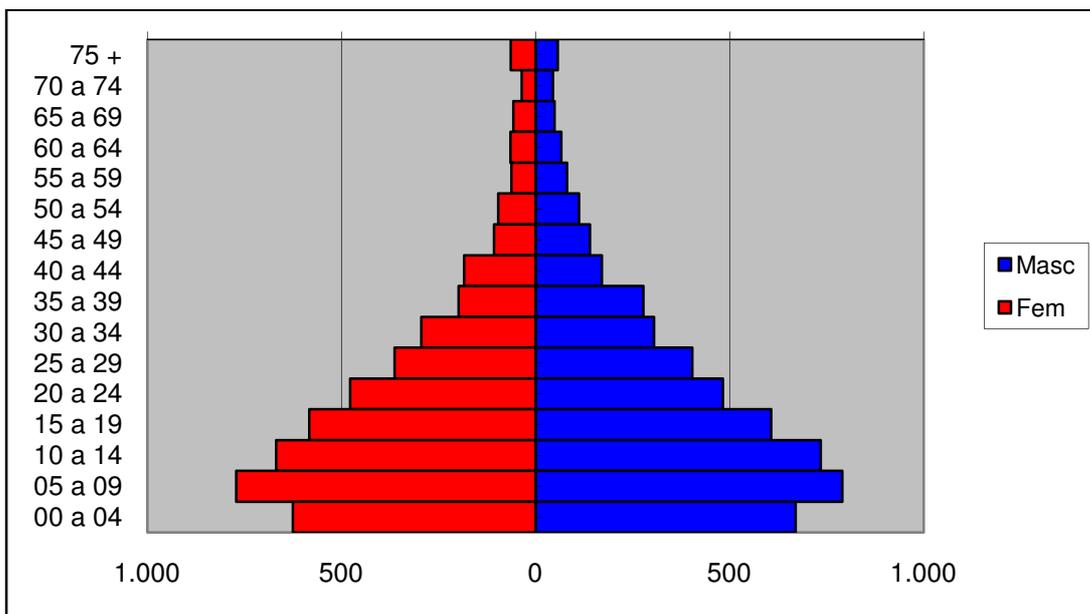
16.3 Declaração Adversa do Contador

Quadro 16.3 - Declaração Adversa do Contador

“Itens que não houve ocorrência nesta UJ”

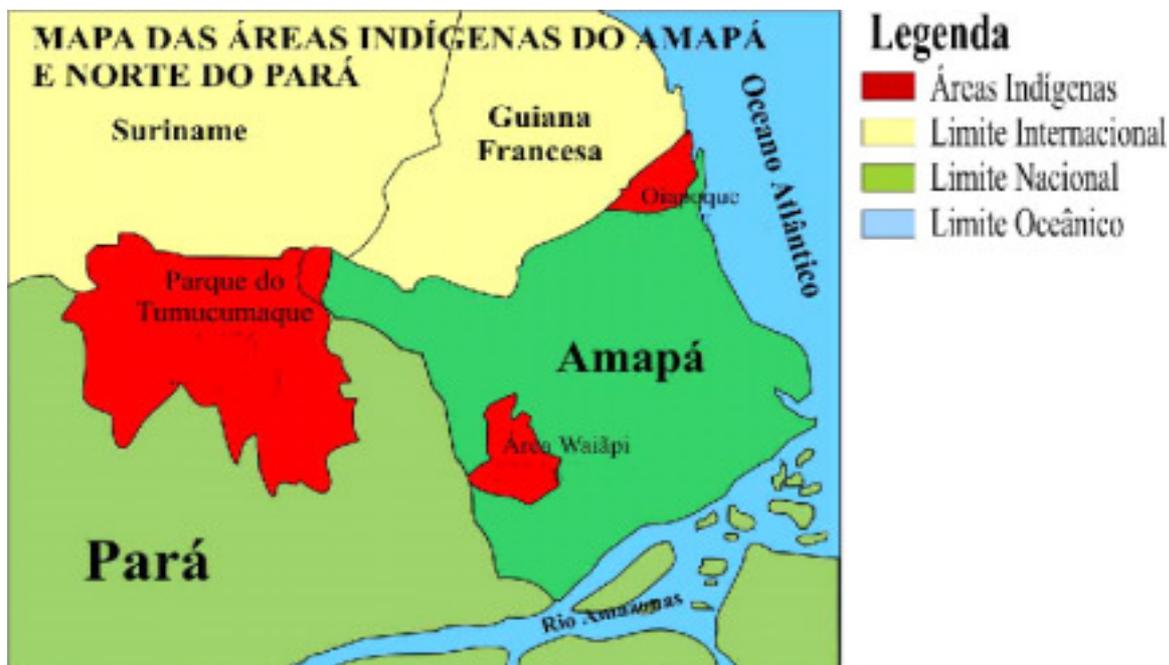
Anexos:

Gráfico 1 - Pirâmide populacional do DSEI AMAPÁ e NORTE DO PARÁ-2010



Fonte:SIASI/DSEI/AP

Mapa 1 - Representa a localização dos municípios onde se encontram as terras indígenas, atendidas pelo DSEI/AP e Norte do Pará.



Fonte: SIASI/DSEI/COREAP

FUNASA



Fundação
Nacional
de Saúde

Ministério da
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L

BRASIL

PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA